

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE FILOSOFIA**

LETHÍCIA SEVERO

**SEMÂNTICA DOS NOMES PRÓPRIOS E IDENTIDADE: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE RUSSELL E KRIPKE**

CHAPECÓ

2023

LETHÍCIA SEVERO

**SEMÂNTICA DOS NOMES PRÓPRIOS E IDENTIDADE: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE RUSSELL E KRIPKE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Newton Marques Peron

CHAPECÓ

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Severo, Lethícia

Semântica dos nomes próprios e identidade:: uma análise comparativa entre Russell e Kripke / Lethícia Severo. -- 2023.

65 f.

Orientador: Doutor Newton Marques Peron

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Filosofia, Chapecó, SC, 2023.

1. Nome próprio. 2. descrição definida. 3. designador rígido. 4. descritivismo. 5. referência histórico-causal. I. Peron, Newton Marques, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

LETHÍCIA SEVERO

**SEMÂNTICA DOS NOMES PRÓPRIOS E IDENTIDADE:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE RUSSELL E KRIPKE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de licenciatura.

Esse trabalho de conclusão foi defendido e aprovado pela banca em: 11/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **NEWTON MARQUES PERON**
Data: 18/12/2023 15:50:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Newton Marques Peron - UFFS
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **BRUNO RAMOS MENDONÇA**
Data: 19/12/2023 23:12:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Bruno Ramos Mendonça - UFFS
Avaliador

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO KLEOS FREIRE PEREIRA**
Data: 18/12/2023 17:10:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcio Kléos Freire Pereira - UFMA
Avaliador

Dedico este trabalho a você, Gabriel, em nome de todos os momentos compartilhados. Seja discutindo nossos queridos análiticos, seja fazendo qualquer outra coisa, obrigada por cada momento que estive ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos aqueles que contribuíram de maneira significativa para a realização deste trabalho. Esta longa jornada de pesquisa e produção não teria sido concluída sem o apoio valioso de tantas pessoas, que, de diferentes formas, me ajudaram a chegar até aqui.

Em primeiro lugar, quero estender meus agradecimentos aos meus amigos, familiares, colegas e professores, cujo apoio, acolhimento e encorajamento foram fundamentais. Obrigada por me acompanharem, ouvirem minhas ideias aleatórias e desconexas e, ainda assim, me apoiarem. Acima de tudo, agradeço por acreditarem em mim, especialmente quando eu mesma duvidei.

Um agradecimento especial é dedicado ao meu amado companheiro, Gabriel Faccio Spagnol, sua ilustre companhia tem sido motivo de minha estabilidade, segurança e felicidade. Lembro-me claramente daquele dia em que nos conhecemos passando café no corredor da UFFS durante um evento de filosofia, encontro esse que originou uma parceria inseparável. Obrigada por compartilhar tantos momentos comigo nesses últimos quatro anos, desde a iniciação científica, estágios, até nossos audaciosos projetos. Obrigada por tudo. Além de tudo isso, agradeço também por sua dedicação em nossas conversas sobre esse tema, suas leituras atentas, comentários, críticas construtivas e sugestões valiosas que qualificaram este trabalho.

Não posso deixar de expressar minha gratidão ao meu orientador, Newton Marques Peron, por sua dedicação e aporte teórico que foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço por todas as suas leituras atentas, orientações e pela companhia ao longo dos anos, muito obrigada pela paciência e pela gentileza em compartilhar sua experiência nos mais diversos assuntos que contribuíram significativamente para o meu crescimento acadêmico.

Também devo agradecimentos especiais à Universidade Federal da Fronteira Sul, por possibilitar uma educação pública, gratuita e de qualidade. Neste lugar junto de quem o constrói, vivi experiências valiosas que levarei para o restante de minha vida.

Por fim, uma nota de agradecimento especial vai para os meus amados companheiros Little Catto e Mooncake, mesmo que vocês não leiam essas palavras, faço público o meu reconhecimento por todo carinho, companhia e suporte que me prestam.

A todos vocês que me acompanharam, meu mais sincero obrigado. Este trabalho é tanto de vocês quanto meu.

RESUMO

Os nomes próprios desempenham um papel essencial na comunicação e na linguagem, mas sua interpretação e funcionamento não são tão simples quanto parecem. Neste trabalho, analisamos aspectos semânticos dos nomes próprios na filosofia da linguagem, considerando as teorias de referência propostas por Bertrand Russell e Saul Kripke. Em *Da Denotação* (1905), Russell apresenta uma abordagem descritivista na qual os nomes próprios abreviam descrições definidas para se referirem a algo. Nesta ocasião, destacamos as questões relacionadas à identidade dos nomes e como garantir que eles se refiram a um objeto específico. Em contraste, Kripke propõe nas palestras intituladas *O Nomear e a Necessidade* (1972) uma abordagem de referência direta, onde os nomes próprios são designadores rígidos que identificam objetos independentemente das circunstâncias. O autor introduz o conceito de mundos possíveis para avaliar as propriedades necessárias dos nomes. Nossa pesquisa visa avaliar qual dessas teorias oferece a explicação mais satisfatória para a questão da identidade dos nomes próprios. Portanto, analisam-se os conceitos que fundamentam a teoria da denotação de Russell e exploramos as críticas de Kripke ao descritivismo. O trabalho se divide em três capítulos principais: o primeiro explora a concepção descritivista dos nomes próprios, destacando os termos singulares, nomes próprios e a análise das descrições definidas. O segundo capítulo se concentra na concepção da referência direta, examinando os nomes próprios como designadores rígidos e investigando a identidade na teoria histórico-causal da referência. O terceiro, culmina em uma análise comparativa entre Russell e Kripke, abordando suas principais objeções e respostas. Ao longo da discussão em torno das teorias da referência, propõe-se outras possibilidades de pesquisa sobre a linguagem e o uso de nomes próprios, uma vez que questões cruciais permanecem em aberto tanto em uma quanto em outra perspectiva. A pesquisa, por fim, destaca uma ideia promissora segundo apontamentos de Zvolensky (2010), a saber, incorporar como um elemento importante da teoria histórico-causal da referência as intenções dos falantes e o contexto das sentenças. Essa perspectiva de análise em diálogo com outros autores promete abrir novos caminhos para investigações futuras na filosofia da linguagem.

Palavras-chave: Nome próprio, descrição definida, designador rígido, descritivismo, referência histórico-causal.

ABSTRACT

Proper names play an essential role in communication and language, but their interpretation and functioning are not as straightforward as they may seem. In this work, we analyze semantic aspects of proper names in the philosophy of language, considering the reference theories proposed by Bertrand Russell and Saul Kripke. In *On Denoting* (1905), Russell presents a descriptivist approach in which proper names abbreviate definite descriptions to refer to something. On this occasion, we emphasize the issues related to the identity of names and how to ensure that they refer to a specific object. In contrast, Kripke proposes in his lectures titled *Naming and Necessity* (1972) a direct reference approach, where proper names are rigid designators that identify objects independently of circumstances. The author introduces the concept of possible worlds to evaluate the necessary properties of names. Our research aims to evaluate which of these theories offers the most satisfactory explanation for the issue of the identity of proper names. Therefore, we analyze the concepts that underlie Russell's theory of denotation and explore Kripke's criticisms of descriptivism. The work is divided into three main chapters: the first explores the descriptivist conception of proper names, highlighting singular terms, proper names, and the analysis of definite descriptions. The second chapter focuses on the concept of direct reference, examining proper names as rigid designators and investigating identity in the historical-chain theory. The third culminates in a comparative analysis between Russell and Kripke, addressing their main objections and responses. Throughout the discussion of reference theories, other possibilities for research on language and the use of proper names are proposed, as crucial questions remain open in both perspectives. The research ultimately highlights a promising idea, as pointed out by Zvolensky (2010), namely, incorporating the intentions of speakers and the context of sentences as an important element of the historical-chain theory. This analytical perspective, in dialogue with other authors, promises to open new avenues for future investigations in the philosophy of language.

Keywords: Proper name, definite description, rigid designator, descriptivism, historical-causal reference.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| D.D. | Descrições definidas (definição russelliana) |
| DR1 | Interpretação 01 de Kripke sobre a teoria descritivista dos nomes |
| DR2 | Interpretação 02 de Kripke sobre a teoria descritivista dos nomes |
| E1 | Expressões que não denotam coisa alguma |
| E2 | Expressões que denotam um objeto definido |
| N.P. | Nomes próprios em sentido amplo |
| N.P.O. | Nomes próprios ordinários (definição russelliana) |
| N.P.G. | Nomes próprios genuínos (definição russelliana) |
| OB1 | Objeção ao descritivismo 01 |
| OB2 | Objeção ao descritivismo 02 |
| OB3 | Objeção ao descritivismo 03 |
| OB4 | Objeção ao descritivismo 04 |
| OK1 | Objeção à teoria kripkiana da referência direta 01 |
| OK2 | Objeção à teoria kripkiana da referência direta 02 |
| OK3 | Objeção à teoria kripkiana da referência direta 03 |
| P1 | <i>Puzzle</i> 01 |
| P2 | <i>Puzzle</i> 02 |
| P3 | <i>Puzzle</i> 03 |
| P.O.M. | Principles of Mathematics |
| T1 | Tese 01 de Kripke sobre o descritivismo |

| | |
|----|---|
| T2 | Tese 02 de Kripke sobre o descritivismo |
| T3 | Tese 03 de Kripke sobre o descritivismo |
| T4 | Tese 04 de Kripke sobre o descritivismo |
| T5 | Tese 05 de Kripke sobre o descritivismo |
| T6 | Tese 06 de Kripke sobre o descritivismo |
| TC | Tese complementar de Kripke sobre o descritivismo |

LISTA DE SÍMBOLOS

| | |
|---------------|--|
| x | Variável individual |
| φ | Phi - letra grega, variável para propriedade |
| y | Variável individual |
| $=$ | Sinal de igualdade |
| \exists | Quantificador existencial |
| \rightarrow | Sinal de implicação lógica |
| β | Beta - letra grega, variável para propriedades |
| A, B | Variáveis individuais |
| R, P | Variáveis para predicados |
| $+$ | Sinal de adição |
| \neq | Sinal de inequação |
| F | Variável para funções proposicionais |
| S, S' | Variáveis para falantes |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 CONCEPÇÃO DESCRITIVISTA DOS NOMES PRÓPRIOS | 15 |
| 2.1 TERMOS SINGULARES, NOMES PRÓPRIOS E DESCRIÇÕES DEFINIDAS | 16 |
| 2.2 DESCRITIVISMO COMO TEORIA DA REFERÊNCIA INDIRETA | 21 |
| 2.3 DESCRIÇÕES DEFINIDAS EM DA DENOTAÇÃO | 27 |
| 3 CONCEPÇÃO DA REFERÊNCIA DIRETA | 37 |
| 3.1 NOMES PRÓPRIOS E DESIGNADORES RÍGIDOS | 38 |
| 3.1.1 Delimitação do conceito de mundo possível | 41 |
| 3.2 A IDENTIDADE E A TEORIA CAUSAL | 43 |
| 3.3 CRÍTICAS DE KRIPKE SOBRE AS TESES DO DESCRITIVISMO | 47 |
| 4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE KRIPKE E RUSSELL | 54 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 61 |
| REFERÊNCIAS | 64 |

1 INTRODUÇÃO

Os nomes próprios desempenham um papel fundamental na comunicação e na linguagem, servindo como ferramentas importantes para nos referirmos a objetos, pessoas e conceitos. Apesar de *nome próprio* ser um conceito aparentemente simples, suas definições na filosofia da linguagem são altamente complexas e envolvem considerar vários aspectos da linguagem e do modo como os utilizamos.

Mais especificamente, pretendemos analisar a noção de significado dos nomes próprios nas sentenças em que ocorrem, e sob quais critérios podemos garantir a identidade de um objeto nomeado, pois essas questões têm sido objeto de longos e intensos debates no campo da filosofia da linguagem. Neste contexto, o trabalho se propõe a investigar e comparar abordagens semânticas que buscam esclarecer como os nomes próprios se referem e como lidam com os problemas que surgem de suas definições.

A discussão em torno das teorias da referência, especialmente as abordagens de Russell e Kripke, oferecem uma visão analítica sobre a linguagem e a função dos nomes próprios. Russell, por exemplo, defende uma concepção descritivista na qual os nomes próprios abreviam descrições definidas para se referirem unicamente a algo. Um dos desafios de Russell é garantir a identidade de um nome, assegurando que ele se refira a um e apenas um objeto específico através de descrições definidas, isso envolve lidar com questões como a bivalência, nomes sem referências e nomes ambíguos em sentenças.

Em contraste, Kripke propõe uma abordagem de referência direta, utilizando o conceito de designador rígido e uma análise histórico-causal para identificar a referência de nomes próprios, apresentando como artifício para avaliar quais as propriedades necessárias de um nome o conceito de mundos possíveis.

Nossa pesquisa visa avaliar qual dessas teorias oferece a explicação mais satisfatória para a questão da identidade de um nome próprio. Ao longo deste estudo, investigaremos as contribuições e desafios apresentados por essas teorias, assim como as implicações de suas diferentes perspectivas para a compreensão de como nos referimos a algo por meio de um nome e como a identidade pode se estabelecer. Isto é, de que modo podemos nos comunicar e garantir que estamos nos referindo a mesma coisa? E se há nomes diferentes para um mesmo objeto, podemos identificar que são o mesmo?

Para cumprir com o objetivo desta pesquisa, analisamos os conceitos que fundamentam a teoria da denotação apresentada por Russell, e exploramos as críticas

formuladas por Saul Kripke direcionadas ao descritivismo. No entanto, para ampliar a compreensão dessas duas abordagens, buscamos dar voz a outros autores que discutiram profundamente o funcionamento semântico dos nomes próprios e avaliaram os problemas lógicos e práticos presentes nas duas abordagens.

Assim, o texto se dividirá em três capítulos fundamentais: O primeiro explora a concepção descritivista dos nomes próprios, destacando os termos singulares, nomes próprios e descrições definidas, e abordará o descritivismo como uma teoria da referência indireta, além de analisar as descrições definidas em *Da Denotação*. No segundo capítulo, nos voltamos para a concepção da referência direta, onde examinaremos os nomes próprios como designadores rígidos, delimitando o conceito de mundo possível, e investigaremos a questão da identidade para a teoria causal. Além disso, abordaremos as críticas de Kripke às teses do descritivismo. Por fim, no último capítulo, esboçamos uma análise comparativa entre Kripke e Russell, avaliando as principais objeções e respostas considerando as nuances presentes nessas teorias filosóficas, previamente expostas.

Considerando as diferentes perspectivas sobre como os nomes designam, e explorando as complexidades envolvidas na relação entre palavras e coisas, percebemos que alguns problemas permanecem em aberto, e que um caminho possível para lidar com algumas delas seja levar em conta a influência das intenções dos falantes e do contexto, para uma interpretação e uso eficaz de nomes próprios.

2 CONCEPÇÃO DESCRITIVISTA DOS NOMES PRÓPRIOS

Neste capítulo, investigamos a concepção descritivista dos nomes próprios, traçando alguns pontos iniciais apresentados por Russell e compilando suas formulações mais aprimoradas sobre nomes próprios, descrições definidas e sua teoria da denotação. Examinamos sobretudo as propostas nas obras “*The Principles of Mathematics*” (1903) e *Da Denotação* (1905), permitindo uma compreensão mais profunda e contextualizada do pensamento de Russell nesses temas.

Inicialmente apresentamos noções de termos singulares, nomes próprios e descrições definidas, explorando seus significados e seu funcionamento. Esta seção se propõe a retomar o questionamento central levantado por Lycan (2022): como podemos usar nomes próprios de maneira significativa para referir a um determinado indivíduo ou objeto?

Neste processo, revisitamos algumas questões levantadas pelo lógico e matemático Friedrich Ludwig Gottlob Frege, especialmente aquelas exploradas em *Sobre o Sentido e a Referência* (1892), a fim de oferecer uma contextualização das complexidades do debate sobre a interpretação de sentenças e nomes próprios. Na segunda seção, nos concentramos em caracterizar o descritivismo como uma teoria da referência indireta. Abordaremos os conceitos fundamentais, os problemas em vista, bem como as principais diferenças entre Frege e Russell nesse contexto, destacando os motivos que levam Russell a interpretar sentenças que contêm descrições definidas.

O encerramento deste capítulo se dá com uma análise minuciosa das descrições definidas conforme apresentadas por Russell em *Da Denotação* (1905). Detalharemos os conceitos, utilizando exemplos originais do autor e introduzindo os *puzzles* apresentados. Ao longo do capítulo, nota-se que Russell atribui à análise lógica das proposições e à teoria da denotação uma importância crucial em seu trabalho, complementando que uma análise gramática da linguagem pode contribuir mais para a visão lógica do que a opinião de filósofos (Russell, 1903).

Alguns estudiosos apontam que o artigo de 1905 reflete uma tentativa de reestruturação da teoria da denotação, oriunda de formulações anteriores¹. Corrêa (2009) destaca que Russell passou por uma mudança de concepções em sua trajetória, onde após

¹ Na primeira formulação sobre nomes e descrições definidas, Russell (1903) é confrontado com duas questões fundamentais para a epistemologia: a compreensão de sentenças gerais e o entendimento dessas sentenças na matemática. Por isso, explicar o conhecimento acerca de proposições gerais é fundamental para que sua teoria possa dar conta de demonstrar que consegue definir conceitos matemáticos através da lógica, considerando que o conjunto de números naturais é um conceito básico na matemática e é infinito (Corrêa, 2009).

1898 abandonou o ponto de vista do idealismo e buscou fundamentar uma noção realista para as proposições.

Essas questões são tratadas por Russell justamente tendo em vista um empreendimento de reduzir a matemática à lógica. Em suma, Russell tenta conciliar uma metafísica realista para proposições e, além disso, defender que podemos conhecer tanto proposições gerais como específicas por meio de descrições. A teoria da denotação, desse modo, é uma tentativa de defender as teses epistemológicas com as quais o autor buscava embasar o logicismo. Sem ela, as implicações das teses russellianas culminariam na alegação de que proposições gerais não podem ser compreendidas e de que o conhecimento matemático seria impossível (Corrêa, 2009).

Portanto, nesse intento, pretende-se esclarecer que, para Russell, a análise lógica das proposições e a teoria da denotação se tornam cruciais. Este capítulo concentra-se no esforço de Russell em fornecer precisão, migrar do “vago” para o “preciso” (Russell, 1974a, p. 61), desvendando as intrincadas camadas da concepção descritivista dos nomes próprios, onde os nomes são interpretados como a abreviação de uma descrição definida analisada sob critérios, em uma proposição que envolve quantificadores de existência e unicidade.

2.1 TERMOS SINGULARES, NOMES PRÓPRIOS E DESCRIÇÕES DEFINIDAS

Lycan, em seu livro *Filosofia da Linguagem: Uma Introdução Contemporânea* (2022), defende que uma teoria filosófica do significado deveria explicar porque certos sons e símbolos possuem o significado que possuem e como utilizamos elocuições de maneira significativa. Entender o que seria esse significado e identificar aquilo que diferencia as sentenças significativas das que não o são envolve inicialmente analisar as partes que compõem essas sentenças.

Dizer que as palavras estão “no lugar de coisas do mundo”, como afirmou Lycan, não é uma resposta suficiente, pois seria um erro assumir que todas as palavras cumprem a mesma função semântica. Se todas as palavras funcionassem como nomes próprios, falaríamos de modo limitado, individualizado, e não poderíamos falar sobre coisas gerais, por exemplo: mulher, gato, pão, azul e mar; vejamos como alguns desses elementos funcionam.

Nesse aspecto, parece que Russell seguiu essa intuição em “*The Principles of Mathematics*” (P.O.M.) de 1903, onde propõe uma classificação, não de palavras, mas de termos, o realismo de Russell entende que a realidade está repleta de entidades simples (referidas por N.P.s. e D.D.s). As proposições, portanto, são algo objetivo, independente da mente dos indivíduos. Para falar sobre essas entidades simples, Russell sugere “termos”: “O que quer que seja o objeto de pensamento, ou possa ocorrer em qualquer proposição verdadeira ou falsa, ou possa ser contado como tal, eu chamo de termo². Portanto, esta é a palavra mais abrangente no vocabulário filosófico” (Russell, 1903, p. 43, *tradução nossa*).

Além disso, deve-se admitir, eu acredito, que cada palavra que ocorre em uma sentença deve ter algum significado [*meaning*]: um som perfeitamente sem significado [*meaningless*] não poderia ser usado da maneira mais ou menos fixa como a linguagem usa palavras.

(Russell, 1903, p. 42, *tradução nossa*)

Com o objetivo de compreender essas questões, o autor analisou as partes do discurso³ consideradas mais pertinentes. Dentre essas, destacam-se os adjetivos, tais como “humano” e “humanidade”, os substantivos, que englobam nomes próprios, lugares, momentos e objetos, e, por fim, os verbos. Ele observou que os verbos desempenham um papel crucial ao expressar relações que podem ser consideradas verdadeiras ou falsas, dependendo do que asserem (ou não) em uma sentença.

Em vista disso, uma questão fundamental é distinguir termos gerais e termos singulares para delimitar nossa discussão e esclarecer os detalhes e nuances entre o que cada autor defende. Iniciamos pelos termos gerais, que são aqueles que designam de maneira ampla sem especificar indivíduos e objetos de maneira particular, são usados para categorizar grupos de indivíduos, objetos, cores, locais, etc.

Os termos singulares, por sua vez, são expressões que designam indivíduos, locais ou objetos particulares, específicos e distintos. Normalmente, vemos termos singulares como nomes próprios: “René Descartes”, “Jurema”, “Maria”, “Luiz”, mas termos singulares podem ainda incluir descrições definidas, por exemplo: “A garota de Ipanema”, “O país do samba”,

² Basicamente, a definição de Russell em P.O.M. sustenta que qualquer coisa que podemos mencionar é um termo, a exemplo: um homem, um gato, um número, uma relação, uma classe, etc. Os termos também possuem como sinônimos as palavras “unidade”, “indivíduo” e “entidade”; os dois primeiros usos são empregados visando sinalizar que alguns termos são únicos; e o último, para destacar a existência desse termo.

³ O termo original é “*parts of speech*”, que diz respeito à função da palavra na sentença, por exemplo: pronomes, adjetivos, verbos, preposição, artigo, etc...

“A rainha do rock brasileiro” e “A rainha dos baixinhos”; Lycan pontua também os pronomes pessoais singulares como “tu” e “ela” e os pronomes demonstrativos: “isto”, “aquilo”, “essa”, “este” para esta categoria.

Ao falar sobre os termos singulares, Morris em seu livro *An Introduction to the Philosophy of Language* (2006) atenta que assim como os nomes próprios, podemos utilizar outros termos singulares, como descrições definidas, para denotar certos indivíduos ou objetos e os termos singulares podem ou não corresponder a uma referência. É importante especificar que os termos singulares são empregados de diferentes formas por Frege e Russell. Quando Frege propõe sua teoria da referência em 1892 em seu artigo *Sobre o Sentido e a Referência*, compreende-se que ele tratou tanto nomes próprios ordinários como as descrições definidas como termos singulares. A teoria de Russell, por outro lado, conforme observou Morris (2007, p. 52), entende que nem nomes próprios ordinários (N.P.O) nem descrições definidas (D.D.) exercem a função de termos singulares.

Essa decisão ocorre (dentre outros motivos), pela insatisfação de Russell com a violação da bivalência que decorria da teoria fregeana⁴. A bivalência consiste em um princípio geral sobre a verdade de uma sentença, onde a sentença deve ser ou verdadeira ou falsa. Segundo Frege, há sentenças que não são nem verdadeiras, nem falsas, um exemplo seria: “o atual rei da França é careca”, como “o atual rei da França” não tem referência, a sentença como um todo não é nem verdadeira, nem falsa; ela não tem referência. Assim sendo, para a proposta de Russell era necessário encontrar uma forma de tratar as D.D.s que não possuem um referente, como por exemplo: “o atual rei da França”, que não se refere a um único indivíduo existente. Para esse problema, a abordagem russelliana desvincula a noção de termo singular das D.D.s.

Para adentrarmos na questão, avaliemos a distinção russelliana de descrições definidas, nomes próprios ordinários e nomes próprios genuínos, sendo estes os pronomes demonstrativos (isto, este, aquilo). Com as D.D.s, transcrevemos as expressões denotativas

⁴ Morris (2022, p. 51-52) decompõe a teoria de Frege em pressupostos que o autor defendeu em sua teoria, destacamos aqueles essenciais para o entendimento do problema apontado:

(F3) Nomes próprios ordinários e descrições definidas são termos singulares;

(ST1) O papel de um termo singular é se referir a um objeto;

(ST2) Uma sentença contendo um termo singular não tem valor de verdade se não há objeto que corresponda a esse termo singular;

É importante lembrar que Frege utiliza a noção de sentido para explicar certas situações da linguagem, e Russell não aceita tal noção de sentido. Portanto, a consequência de (ST2) é muito mais inconveniente para Russell. Por conta de divergências teóricas dos autores, Russell buscava garantir que por meio de sua abordagem, não houvesse a ocorrência de sentenças sem valor de verdade.

que ocorrem em sentenças que possuem o artigo singular “o” ou “a” por termos que envolvem existência e unicidade. Na prática, o método consiste em interpretar uma sentença como:

(1) “A rainha do rock brasileiro é paulista”

(1R) “Há pelo menos um x , tal que x é rainha do rock brasileiro; e, se houver um y que é rainha do rock brasileiro, y é idêntico a x ; e x é paulista”.

Para melhor compreendermos essa sentença, apresentamos abaixo uma transcrição lógica, dado que $R = x$ é rainha do rock brasileiro e $P = x$ é paulista:

1. $(\exists x) Rx$
2. $(x) (Rx \rightarrow (y) (Ry \rightarrow y = x))$
3. $(x) (Rx \rightarrow Px)$

Essas três proposições em conjunto são equivalentes a:

(1R*) $(\exists x) (Rx \wedge ((y) (Ry \rightarrow y = x) \wedge Px))$

Por meio desta concepção defendida em *Da Denotação* (1974b), usualmente, o autor considera um N.P.O. como a abreviação de uma descrição definida, como exemplificado com o nome de “Rita Lee Jones de Carvalho” na expressão anterior.

Uma observação pertinente é que, aparentemente, algumas sentenças denotam algo, pressupondo que o leitor detenha os conhecimentos necessários da gramática da língua em questão. De modo semelhante, por vezes, mesmo após leitura cuidadosa, há sentenças que parecem não dizer nada, por exemplo: “Eu cachorro-quente o amanhã temos que”. Se analisarmos os seus componentes, é compreensível que eles possam designar algo individualmente, ou que se rearranjados poderiam então significar algo. A questão que nos intriga, como salientado por Lycan, é: como explicar o motivo da *significância* de algumas sentenças?

Uma das grandes distinções da tese dos nomes de Russell é a afirmação de que os N.P.O.s não são aquilo que costumamos usar como um nome, como Rita Lee, por exemplo; os N.P.O. parecem nomes e soam como nomes, mas diferem no que diz respeito a sua forma lógica (Lycan, 2022, p. 72). Desse modo, Russell tenta defender que os N.P.O.s são equivalentes às D.D.s e que podemos utilizá-los como abreviaturas, assim como quando vemos “URSS” nos remetemos a “União das Repúblicas Socialistas Soviéticas”.

É curioso, pois, que mesmo que a escolha das palavras seja geralmente arbitrária para representar as coisas, ainda sim consigamos compreender sentenças. Nesse contexto, parece ser necessário algo além do conhecimento das regras gramaticais da língua, isto é, não se trata do significado individual de cada palavra (ou símbolo), pois, em casos emblemáticos como “o atual rei da França”, não basta que cada palavra seja significativa e que a sentença esteja conforme as normas linguísticas, visto que essa sentença em 2023 não denota sujeito algum.

Complementando a questão do significado que os nomes próprios podem ter na linguagem, Russell reafirma posteriormente em *Problemas da Filosofia*, que “se quisermos falar de modo significativo e não emitir meros ruídos, devemos atribuir algum sentido às palavras que usamos; e o sentido que atribuímos às nossas palavras deve ser algo do qual tenhamos um conhecimento direto” (Russell, 2005, p. 58)

Russell em *Da Denotação* (1974b) preocupa-se em analisar sentenças com D.D.s, por almejar uma proposta que pudesse não apenas distinguir, mas também explicar e avaliar sentenças significativas que, por sua vez, podem servir como base para uma das formas de conhecimento que o autor defendia: “conhecimento acerca de”. Segundo o autor, o conhecimento deveria ser sobre algo no mundo, ou seja, entender uma proposição envolve - em algum momento - um contato com ela (aquilo que ela denota). Para isso, Russell (1974b, p. 9-10) apresenta dois âmbitos: um conhecimento de trato (*acquaintance*) que é obtido sobre algo próximo aos sentidos ou “objetos da percepção”; e outro como conhecimento acerca de (*knowledge about*) adquirido por meio de descrições.

Nesse enfoque, Russell buscava superar tanto as questões deixadas em aberto em P.O.M.⁵ quanto os enigmas que Frege deixara em debate, como veremos adiante. Até o momento, destacamos alguns elementos conceituais a fim de reconhecer os objetivos e a

⁵ Uma das questões deixadas em aberto na primeira formulação da teoria da denotação em P.O.M. indica incompatibilidades entre o conhecimento de proposições gerais e a finitude da mente humana, por exemplo: “todos os números naturais têm um número sucessor”. De acordo com a tese de P.O.M., a proposição deve expressar todos os números naturais. Por um lado, essa proposição é infinitamente complexa (incognoscível), pois os números naturais são infinitos. Por outro, essa proposição pode ser dita compreensível (Corrêa, 2009). Portanto, Russell considera mais tarde (1974b) outras maneiras de conceber a teoria da denotação, visando evitar esse tipo de consequência.

metodologia adotada por Russell, que distingue dois tipos de termos singulares: N.P.O. e D.D.s, bem como apresenta um modo de analisar e transcrever esses termos singulares em proposições com quantificadores. Na seção seguinte, apresentaremos algumas questões que rodeiam o debate entre Russell e outros autores, buscando caracterizar o que mais tarde será referido como descritivismo.

2.2 DESCRITIVISMO COMO TEORIA DA REFERÊNCIA INDIRETA

Convenciona-se como “descritivistas” os autores que compreendem que a função de um nome próprio é descrever aquilo que desejamos nos referir, ou seja, no âmbito da semântica, o nome próprio é utilizado para se referir a algo por meio de uma descrição. Isto não quer dizer, porém, que o nome próprio efetivamente descreve todas as características do referente, mas ao menos uma quantidade suficiente para sabermos de quem estamos falando, a quem estamos nos referindo.

Stuart Mill, que não é considerado um descritivista, enuncia em “*A System of Logic: Ratiocinative and Inductive*” (1843) que um nome próprio possui uma denotação e não uma conotação. A questão, portanto, se encontra na forma como os descritivistas explicam o funcionamento de um nome próprio com relação a algo além da denotação, as quais possuem detalhes substancialmente distintos. Neste trabalho, focalizamos na teoria de Bertrand Russell.

Susan Haack (2002, p. 93) localiza os autores em um quadro com a seguinte pergunta: Os nomes próprios possuem significado tanto quanto denotação? Em seguida, a literatura é dividida em dois grupos: os que dizem “sim”: Frege, Russell, Wittgenstein, Searle, Burge; E os que rejeitam que N.P.s expressam significado: Mill, Ziff e Kripke.

Salienta-se que o *label* “descritivismo” é um termo guarda-chuva, que pode incluir mais ou menos autores, dependendo dos critérios utilizados na classificação, podendo ser, em alguns momentos, injusto igualar concepções como a de Russell com Frege para criticar pontos específicos. Feita essa ressalva, buscaremos, nesta seção, elencar os pontos basilares do descritivismo.

Antes de exemplificar esta perspectiva, retomamos o que são descrições definidas (D.D.s), pois elas são um elemento fundamental para a discussão. Uma D.D. é uma expressão denotativa que visa indicar um único indivíduo; para esta finalidade, essas expressões devem ser iniciadas com artigo definido singular (“o” e “a”). Segundo Morris (2007), Russell escreve

“*On Denoting*” pensando em falar sobre o significado das palavras “o”, “a”, entretanto, o artigo resulta em repercussões muito maiores que antecipado.

Por exemplo, por meio da expressão: “O professor de Alexandre O Grande”, afirma-se que ela se refere a Aristóteles. Desse modo, a D.D. captura um aspecto significativo da referência e a utiliza como uma abreviação do N.P.O. “Aristóteles”, desse modo, podemos considerar um nome próprio ordinário como a abreviação de uma descrição definida (Russell, 1974a, p. 77).

A maneira russeliana de analisar N.P.s como D.D.s e denotar indivíduos e objetos implica numa visão de referência indireta. Lycan (2022, p. 31) ressalta essa característica de modo interessante: “Gottlob Frege e Bertrand Russell defenderam energicamente que as descrições definidas, pelo menos, não significam o que significam em virtude de denotar o que denotam”. Isto é, uma descrição definida analisada *à la* Russell, revela uma estrutura lógica, cujo significado ultrapassa o significado literal das palavras que compõem esta expressão, ela também diz algo sobre a existência e a unicidade do indivíduo ou objeto.

Por exemplo: o N.P.O. “Rita Lee” é transcrito como: “A rainha do rock brasileiro” e a análise dessa D.D. em uma sentença, como vimos na seção anterior (1R*), implica que:

(1R) “pelo menos um indivíduo (existência) e não mais que um indivíduo (unicidade) é rainha do rock brasileiro (predicado - identificação do indivíduo) e é paulista”.

Devido a essa forma rigorosa, a análise de N.P.O.s envolve uma referência indireta. Russell apresentou a primeira formulação sobre o conceito de N.P. em “*Principles of mathematics*” (P.O.M.), onde podemos notar semelhanças com a teoria fregeana no que diz respeito a dar uma referência arbitrária, em casos específicos. Russell (1903) admitiu que “ter significado” é um conjunto confuso entre elementos lógicos e psicológicos. Sua alternativa volta-se, então, para a teoria da denotação. Essa interpretação se sustenta na seguinte passagem:

Todas as palavras têm significado, no sentido simples de que são símbolos que representam algo além delas mesmas. Mas uma proposição, a menos que seja linguística, não contém palavras em si: ela contém as entidades indicadas pelas palavras. Portanto, o significado, no sentido em que as palavras têm significado, é irrelevante para a lógica. No entanto, conceitos como ‘um homem’ têm significado em outro sentido: são, por assim dizer, simbólicos em sua própria natureza lógica, porque possuem a propriedade que chamo de denotação.

(Russell, 1903, p. 47, *tradução nossa*)

Essa afirmação reforça a tese defendida de que o significado para Russell não é algo psicológico, e que a sua análise consiste em identificar elementos (termos) e suas relações gramaticais e lógicas através das palavras que compõem a sentença. Mas essas palavras não indicam ou denotam de forma literal, elas precisam então ser entendidas de acordo com as classificações dos termos. Essa visão específica sobre a linguagem também reforça que a teoria de Russell refere-se indiretamente aos indivíduos e objetos.

Um exemplo para ilustrar essa concepção iniciada em P.O.M. é a proposição “o gato sobre a mesa é branco”. Russell entende que essa é uma entidade complexa e objetiva, isto é, algo que está no mundo, e envolve o gato, a mesa e o predicado branco em uma relação espacial. Nessa concepção, nós não estamos afirmando um pensamento, mas sim um objeto do pensamento. O que busca-se defender é que as proposições não são subjetivas; e que as atitudes proposicionais afirmam que o vínculo entre a proposição e a mente é direto (Corrêa, 2009).

Vejam os principais pontos de divergência entre as teorias conhecidas como descritivistas, que nos ajudam a notar um panorama mais amplo, já que os problemas abaixo são frequentemente revisitados por autores nessa temática.

Primeiramente, cabe lembrar que Frege concebe que tanto as descrições definidas quanto os nomes próprios funcionam como termos singulares. Como mencionado na seção anterior, a função de um termo singular é referir a um determinado objeto. Porém, nessa concepção, se o termo singular ocorrer em uma sentença onde um termos singular não refere a objeto algum, então a sentença não possui valor de verdade.

O segundo ponto de divergência é a noção de sentido fregeano. Este consiste no modo de apresentação de um objeto, que é, por sua vez, o referente quer de um nome próprio quer de uma descrição definida. Para Frege (1892), na linguagem natural⁶ há sentido e talvez (mas não necessariamente) referência. Também é interessante notar que Frege (1978, p. 139) compreende como “referência” de uma sentença o “verdadeiro” ou o “falso”, portanto, para ele, se um dos componentes da sentença não se refere a algo, a sentença como todo não diz respeito nem ao verdadeiro e nem ao falso.

Por exemplo, “o atual rei da França é careca” é uma sentença que, segundo Frege, não pode ser verdadeira nem falsa, visto que não há um objeto que seja rei da França. Portanto, não podemos avaliar seu valor de verdade (referência). Mas essa sentença possui um sentido,

⁶ Frege tem parâmetros distintos para a linguagem natural e uma linguagem lógica ‘perfeita’. Enquanto na linguagem natural há flutuações de sentido e expressões sem referência, em uma linguagem lógica, a ambiguidade deve ser evitada, ou seja, uma expressão não pode ser mais de um sentido. Além disso, a referência de um termo singular na linguagem lógica deve ser sempre garantida (Frege, 2009, p. 132).

é possível entender o que é dito na sentença, mesmo que não haja um objeto que atualmente seja rei da França e este objeto seja careca.

Russell não concorda com a primeira distinção. Para ele, as D.D.s não funcionam como termos singulares. Em sequência, ele rejeita a noção de sentido de Frege. Conforme destacado por Morris (2007), a desconfiança do autor foi tamanha que em *Da Denotação* ele sequer tratou do conceito de sentido fregeano como tal. De fato, para se referir a sentido [em alemão: *Sinn*], ele utilizou “significado” [*meaning*] como equivalente. Já aquilo que chamamos anteriormente de referência [em alemão: *Bedeutung*] fregeana foi traduzido como “denotação” [*denotation*].

Embora as concepções apresentadas sejam contestadas por Russell, deve-se reconhecer que Frege foi responsável por iniciar a “virada linguística”. É importante mencionar dois pontos fundamentais que caracterizam esse movimento: em primeiro lugar, o entendimento de que o significado dos termos deve ser considerado exclusivamente no contexto de uma sentença. Em segundo lugar, que as palavras não representam ideias subjetivas. Se são termos gerais, referem-se a conceitos; se são termos singulares, como nomes próprios ou descrições definidas, então referem-se a objetos.

As propostas fregeanas sobre o princípio da composicionalidade, o princípio do contexto, o conceito de pensamento e o sentido tinham em comum aquilo que Morris chamou de *preocupação fundamental*, uma “visão de que o significado das palavras está relacionado às coisas no mundo em vez de estar relacionado às coisas em nossas mentes” (Morris, 2007, p. 53). Essa questão nos remete ao ponto que mencionamos na seção 2.1, como uma teoria sobre a linguagem pode garantir que algumas sentenças não significam algo além daquilo que a sua estrutura gramatical exprime? Notando que nessa situação, o significado das palavras, nomes e sentenças poderia ser algo subjetivo, acarretando imprecisões na comunicação.

Para Frege (1892), é de suma importância estabelecer que as sentenças digam respeito às coisas do mundo, um dos problemas que o autor buscava responder é como justificar que expressões diferentes sobre um mesmo objeto, como “A estrela da manhã é a estrela da tarde” podem ser informativas. O sentido entendido como dois modos de apresentação desse objeto é introduzido para explicar como a sentença não é trivial, isto é, “A estrela da manhã é a estrela da tarde” não equivale à sentença “A estrela da manhã é a estrela da manhã”. A primeira expressa objetivamente um conhecimento acerca de objetos do mundo que, nesse caso, envolve uma relação de identidade, referindo-se a um mesmo objeto (Vênus).

Ponderando a respeito das sentenças que envolvem nomes próprios ou descrições definidas que não possuem referência, Frege admite que os termos singulares têm sentido,

mas nem sempre uma referência. Conforme mencionamos, a sentença ainda pode ser compreensível, mas não diz respeito a um valor de verdade.

A partir da discordância com Frege, Russell se propõe em *Da Denotação* a reavaliar as problemáticas acima mencionadas e outras ainda, sem incorporar a noção de sentido. Ele espera dar uma resposta que atenda ao princípio da bivalência em sentenças como “o atual rei da França é careca”, além das sentenças negativas que contém N.P.O.s aparentemente existenciais, como “O E.T. Bilu não existe”. Contudo, não é do intento de Russell comprometer-se com objetos não existentes para a atribuição de um valor de verdade na sentença, como fez Meinong.

O percurso da análise inicia com a distinção entre N.P.O.s e D.D.s, que até então eram entendidas como parte de uma mesma classe - os termos singulares. Então, para Russell, as D.D.s são expressões denotativas e não funcionam como termos singulares, além disso, “descrições definidas são expressões com quantificadores” (Morris, 2007, p. 57). A noção de “expressão denotativa” é esclarecida pelo autor com exemplos aparentemente arbitrários, como: “um homem”, “algum homem”, “qualquer homem”, “todo homem”, “todos os homens”. Dentre essas, “algum homem” pode ser entendida por meio de um quantificador existencial: “há ao menos um x que satisfaça a função homem(x)”; já “todo homem” ou “todos os homens” são expressões que podem ser compreendidas com um quantificador universal: “todo x satisfaz a função homem(x)”.

Frege propôs um modelo lógico de quantificadores, e essa abordagem é seguida por Russell, porém sob uma análise própria (Morris, 2007). Desse modo, as sentenças que envolvem quantificadores são aquelas que especificam qual a quantidade de um dado indivíduo em certo grupo. Os quantificadores são representados em português por “tudo”, “todo(s)”, “toda(s)”, “cada”, “qualquer”, “algo”, “algum(s)” e “alguma(s)” (Morris, 2007, p. 55-56).

Morris definiu uma sentença básica segundo a teoria fregeana, como: “uma sentença envolvendo um ou mais nomes e um predicado. A análise fregeana vê tal sentença como envolvendo um predicado unário – aquilo que Russell parece chamar em *‘Da Denotação’* de função proposicional” (Morris, 2007, p. 56)

Comparando os dois pontos de vista, podemos diferenciá-los com o exemplo abaixo, a partir da ideia de sentença básica de Frege:

(2) Yussupov atirou em alguém.

(3F) Yussupov atirou em x .

A interpretação de (2) segundo Russell explicita o quantificador:

(4R) Há ao menos um x tal que Yussupov atirou em x .

(4R*) A função proposicional (i.e., o predicado) “Yussupov atirou em x ” é às vezes verdadeiro.

Dito de outro modo:

(4*) Há ao menos um objeto em que Yussupov atirou.

Nesse ponto, o empenho de Russell em evidenciar a diferença entre “algum(a)” e “o(a)”, torna-se mais relevante. Conforme a interpretação acima, “**algum**” quer dizer: “há ao menos um x tal que φ ”, enquanto “**a/o**”, indica “há exatamente um x tal que φ ”. Essa distinção é especialmente importante para tratar de casos como “o atual rei da França”, porque a análise dessa expressão (Morris, 2007) revela que a sentença deve ser analisada, *à la* Russell, do seguinte modo:

(5) O atual rei da França é careca.

(i) Há ao menos um objeto que é atualmente rei da França;

(ii) Há, no máximo, um objeto que é atualmente rei da França;

(iii) O que quer que seja atualmente rei da França é careca.

Considerando a tese que os N.P.O.s não se referem diretamente a um objeto, e que as expressões denotativas não são termos singulares, entende-se que “a expressão ‘o atual rei da França’ não é um nome do atual rei da França, do mesmo modo que ‘algum homem’ não é um nome de algum homem. E a expressão não tem significado por si própria, embora seja suficientemente significativa no contexto de uma sentença” (Morris, 2007, p. 57).

Essa forma de interpretar os nomes e transcrever as sentenças consideradas problemáticas é a principal estratégia de defesa da teoria russelliana. Isto é, “o atual rei da França” não é um termo singular que tem um referente, e sim uma expressão denotativa a ser compreendida no contexto de uma sentença, por isso não possui significado isoladamente.

Russell também considera que isso é um forte indício que “a aparência de uma sentença não expressa a sua estrutura real [lógica]” (Morris, 2007, p. 57).

De modo geral, a abordagem que também ficou conhecida como teoria descritivista do significado, defende que os nomes devem ser analisados por meio das descrições definidas e estas não devem ser compreendidas como algo que se refere diretamente aos objetos: “as expressões denotativas nunca têm qualquer significado em si próprias, mas cada proposição, em cuja expressão verbal elas ocorrem, tem um significado” (Russell, 1974b, p. 10).

Sendo assim, segundo Lycan, podemos interpretar a teoria dos nomes em um sentido mais fraco, defendendo que os N.P.O.s são equivalentes em significado a uma D.D.; ou, podemos interpretar em sentido mais forte, algumas passagens que Russell afirma que o N.P.O.s são uma abreviatura das D.D.s. Seja como for, aprofundaremos nesse tema em seguida.

2.3 DESCRIÇÕES DEFINIDAS EM *DA DENOTAÇÃO*

Retomando a noção de expressão denotativa, vejamos a proposta russelliana: “Tomo a noção de variável como fundamental; uso ‘ $C(x)$ ’ para significar uma proposição na qual x é um constituinte, onde x , a variável, é essencial e totalmente indeterminada” (Russell, 1974b, p. 10). Essa definição parece obscura à primeira vista; no entanto, o que se ressalta sobre essa noção é que a principal característica notada nestas expressões é sua própria forma lógica. Nessa seção, nos concentramos em avaliar como essa interpretação ocorre e de que modo impacta nas expressões e sentenças.

A interpretação dessas expressões denotativas envolve variáveis - “ $C(x)$ ” - chamadas por Russell de “fundamentais”, exatamente por ser um componente básico na expressão, isto é, são o elemento a partir do qual os demais serão analisados. O autor apresenta, a seguir, uma série de exemplos das expressões que serão analisadas por meio de variáveis: “um homem”, “algum homem”, “qualquer homem”, “cada homem”, “todos os homens”, “o atual rei da Inglaterra”, “o atual rei da França”, “o centro de massa do sistema solar no primeiro instante do século XX”. (Russell, 1974b, p. 9).

Sua análise consiste em interpretar “tudo”, “nada” e “algo”, em uma função proposicional $C(x)$, de modo que “ $C(x)$ ” pode ser algumas vezes verdadeira, sempre

verdadeira ou nunca verdadeira⁷. Por meio dos exemplos acima, Russell afirmou que *tudo*, *nada*, *algo* são as expressões denotativas mais primitivas, de modo que temos que:

C(tudo) significa “C(x) é sempre verdadeira”;

C(nada) significa “‘C(x) é falsa’ é sempre verdadeira”;

C(algo) significa “É falso que ‘C(x) é falsa’ é sempre verdadeira”.

Essas expressões não são significativas se tomadas isoladamente. Como vimos, sua teoria defende que “C(x) é sempre verdadeira” tem significado somente nas expressões verbais em que ocorrem (Russell, 1974b, p. 10). Voltando aos exemplos de expressões, aplica-se esta metodologia na proposição “eu encontrei um homem”. Russell argumenta que ela deveria implicar em um homem definido, mas que isso não está explícito. O que a proposição aponta, segundo ele, é que se o fato ocorreu assim, então a expressão significa que:

“Eu encontrei x , e x ‘é humano’ não é sempre falsa”.

A transcrição acima sugere que a variável x possui o predicado humano, tornando a expressão “C(um homem)” totalmente indefinida, apenas a ocorrência numa proposição significa algo, que:

“‘C(x) e x é humano’ nem sempre é falsa”.

Do mesmo modo interpretam-se as demais expressões. Esta é a noção geral que Russell desenvolveu após reavaliar seu trabalho em *P.O.M.* Seu objetivo nessa obra era responder de modo “mais elegante”, sem recorrer a uma denotação arbitrária, para responder certos problemas previamente mencionados. É importante ressaltar que o trabalho desenvolvido pelo autor em 1905 é, em parte, uma tentativa de rebater o que as teorias de Frege e Meinong - em alguma medida - propunham.

Especialmente para as expressões que contém artigo definido, as quais chamamos de *descrições definidas*, devemos considerar que o uso de funções proposicionais sobre a variável x também deve indicar a unicidade deste objeto por meio de quantificadores (Morris, 2007). A solução de Russell para os problemas apresentados envolve interpretar sentenças

⁷ Russell às vezes utiliza outra expressão como equivalente: “C(x) não é sempre falsa”.

com quantificadores e analisar as funções proposicionais contidas na sentença. Além disso, ele faz uma distinção entre “algum/alguma” e “o/a” em termos de seu significado e introduz o conceito de escopo para explicar diferentes interpretações de frases envolvendo descrições. Podemos constatar a aplicação desta perspectiva por meio do exemplo a seguir:

(6) “O pai de Carlos II foi executado”.

De acordo com Russell, na sentença acima o artigo “o” deve ser entendido como indicativo da unicidade do sujeito em questão⁸. Então, evidencia-se a relação entre Carlos II e o indivíduo que chamamos de “pai de Carlos II” através da função proposicional “ x era o pai de Carlos II”. Para assegurar que há apenas um indivíduo a ser denotado nesta expressão, em linguagem natural diríamos que “Carlos II teve um pai e mais nenhum”, no método russelliano acrescentamos:

(6*) “ x gerou Carlos II; e se ‘ y gerou Carlos II, y é idêntico a x ’ é sempre verdadeira para y ” (Russell, 1974b, p. 11).

O autor argumenta que essa condição é vantajosa, pois se a unicidade falhar no início da sentença, então toda a sentença torna-se falsa e isso lhe permitirá tratar outros tipos de expressão. Assim, a sentença (6) torna-se:

(6R) “não é sempre falso para x que x gerou Carlos II e que x foi executado e que ‘se y gerou Carlos II, y é idêntico a x ’”.

De modo mais claro:

(6R*) “Há pelo menos um x , tal que x gerou Carlos II; e, se houver um y que gerou Carlos II, y é idêntico a x ”.

O autor também apresenta uma distinção para tipos de expressões denotativas, neste momento, nos concentramos em E1 e E2:

⁸ Russell comenta que este exemplo destaca o uso mais adequado de “o”, mas, lembra que é comum ouvir “o filho de Fulano” para se referir a um de muitos filhos do Fulano, quando o melhor seria dizer “um filho de Fulano”.

E1 - Expressões que não denotam coisa alguma, como em “o atual rei da França”.

E2 - Expressões que denotam um objeto definido, por exemplo “a rainha dos baixinhos”.

Dentro desse contexto, o autor afirma que sua proposta desfaz os *puzzles* lógicos que apresentaremos a seguir. Russell julgou essencial que uma teoria da linguagem bem sucedida acerca deste assunto, consiga responder a esses *puzzles* (P1, P2 e P3), e é por meio dessa resolução que o autor espera convencer os leitores da contribuição de sua teoria. Analisaremos cada um desses enigmas, iniciando com as descrições do tipo E2, onde levantaremos a questão sobre a identidade:

P1 - “Se A é idêntico a B, o que quer que seja verdadeiro em um é verdadeiro no outro, e até mesmo pode-se substituir um pelo outro em qualquer proposição sem alteração da verdade ou falsidade dessa proposição” (Russell, 1974b, p. 14).

Esse problema retoma as ideias de Frege, que avaliou se um enunciado envolvendo identidade poderia ser verdadeiro e não trivial⁹, nos casos em que cada termo de cada lado da identidade possui o mesmo objeto ou indivíduo como referência. Morris considera que P1 surge do uso de descrições definidas como equivalentes a termos singulares (é o caso da interpretação fregeana), mais especificamente, com dois termos singulares que se referem ao mesmo objeto e parecem desempenhar a mesma função (Morris, 2007, p. 58). Identidades não triviais ocorrem em sentenças do seguinte tipo:

(7) “George IV desejava saber se Scott era o autor de *Waverley*”.

De acordo com a afirmação de P1, substituindo Scott por: *o autor Waverley*, obtemos:

“George IV desejava saber se Scott era Scott”.

Mas, como sugere Russell (1974b), a sentença (7) não parece tratar de uma questão de identidade no contexto da lógica¹⁰, a intenção desta pergunta não seria quanto a identidade do

⁹ Esse *puzzle* ficou conhecido pelo exemplo de Frege: “A estrela da manhã é a estrela da tarde”, embora seguiremos o exemplo de Russell no texto.

¹⁰ Russell diz, mais adiante no seu texto, que “ninguém, fora de um texto de lógica, jamais desejou dizer ‘x é x’” (Russell, 1974b, p. 14). Essa afirmação parece ressaltar o quão específica é a discussão dos *puzzles*, nesse caso

indivíduo. Podemos notar que há diferença em afirmar numa sentença que Scott é Scott ($A=A$), e o caso de George IV, que está, na verdade, questionando se Scott foi o homem que escreveu *Waverley* ($A=B$).

Lembrando que, para Russell, as D.D.s não cumprem o mesmo papel de termos singulares, e este tipo de sentença envolve a unicidade de x , transcreve-se (7) considerando as funções proposicionais sobre o indivíduo x como: “uma e somente uma entidade escreveu *Waverley*, e Scott foi idêntico a essa entidade” (Russell, 1974b, p. 16-17). Se decomposmos P1 de acordo com Morris, a condição de unicidade diz que estamos igualando as duas variáveis e tornando essa equivalência informativa (Morris, 2007):

P1.1 - Há exatamente um indivíduo que é Scott.

P1.2 - Há exatamente um indivíduo que escreveu *Waverley*.

P1.3 - George IV desejava saber se, seja lá quem for o indivíduo Scott, este é o mesmo indivíduo que escreveu *Waverley*.

Para Frege (1978), embora tenhamos dois sentidos, a sentença pode ser, e neste caso ela é informativa e não trivial. Logo, “aquilo que inicialmente pareceu ser sobre quão informativo seria um enunciado de identidade agora passa a ser compreendido como quão informativa é uma equivalência do tipo (P1.3)” (Morris, 2007, p. 12).

Entretanto, a perspectiva de Russell (1974b) apresenta ressalvas; não podemos substituir a expressão denotativa “o autor de *Waverley*” por “Scott” pelas seguintes razões: saber se Scott era Scott, ao passo que, saber que Scott era o autor de *Waverley* são tipos de conhecimento diferentes e não equivalentes. Ademais, “Scott” é um nome próprio (e um termo singular), enquanto “o autor de *Waverley*” não faz parte desta categoria, portanto esta substituição não é aceitável.

Além disso, essa perspectiva defende que pode haver duas formas de ocorrência para uma expressão na sentença. Se interpretarmos a expressão “o autor de *Waverley*” como uma ocorrência primária¹¹, teremos a seguinte sentença:

P1, e como às vezes as preocupações da filosofia da linguagem se afastam daquelas da linguagem ordinária, embora, ainda assim, ele defenda que sua teoria pode contribuir até mesmo para o melhor entendimento de expressões cotidianas.

¹¹ Também podemos chamar de escopo amplo (ocorrência primária) e escopo estrito (ocorrência secundária), considerando a terminologia de Morris (cap. III, p. 13-14, 2007).

(7R*) “Há um e somente um homem que escreveu *Waverley*; e George IV desejava saber se esse homem era Scott”.

Enquanto a ocorrência secundária, ou de escopo estrito, Russell (1974b) considera apenas um constituinte da proposição (x) dentro da sentença total, deste modo:

(7R**) “George IV desejava saber se um e somente um homem escreveu *Waverley*; e George IV desejava saber se Scott era esse homem”.

Considerando a distinção de ocorrências, podemos aplicá-las para outras situações, como a substituição em contextos psicológicos. Explicitada por Morris, o exemplo que ficou conhecido é:

(8) “Carol acha que a estrela da tarde aparece à tarde”

(9) “Carol acha que a estrela da manhã aparece à tarde”

É bem razoável aceitarmos que (8) seja verdadeira; mas disso haveria como garantir que (9) também é verdadeira, visto que a referência de “a estrela da manhã” e “a estrela da tarde” é a mesma?

Mesmo que os predicados “ x é estrela da manhã” e “ x é estrela da tarde” se apliquem a mesma coisa (o planeta Vênus), não podemos afirmar que (9) é verdadeira (Morris, 2007, p. 58). Se seguirmos a interpretação de Russell, não podemos derivar (9) de (8), pois, para Russell, expressões denotativas não possuem um significado isoladamente, e as descrições definidas não podem ser analisadas fora da contribuição que elas dão às sentenças como um todo. Desse ponto de vista, Russell insiste de modo mais enfático que o próprio Frege no Princípio do Contexto (Morris, 2007, p. 59).

Diante disso, temos ao menos duas leituras de escopo para: “há exatamente um objeto que é uma estrela na tarde”.

(8re) “**Carol acha que** há exatamente um objeto que é uma estrela da tarde e esse objeto aparece à tarde”.

(8ra) “Há exatamente um objeto que é a estrela da tarde e **Carol acha que** esse objeto

aparece à tarde”.

Na sentença (8re), a oração iniciada por “Carol acha que” é mais abrangente que o da oração “há exatamente um objeto que é uma estrela da tarde”, que ocorre de modo secundário. Já em (8ra), temos a oração referente à unicidade da estrela da tarde e, após dela temos o escopo daquilo que Carol acha. Aqui, a ocorrência da descrição definida é primária ou ampla. “Russell acha que, mesmo que descrições definidas não sejam unidades semânticas isoladas, não há mal nenhum em trocar ‘a estrela da manhã’ por ‘a estrela da tarde’ na posição em que ela aparece numa leitura de escopo amplo” (Morris, 2007, p. 60).

Russell segue para o *puzzle* sobre o princípio da bivalência, explorando especialmente as expressões tipo E1:

P2 - “Pela lei de exclusão dos meios¹², ou ‘A é B’ ou ‘A não é B’ deve ser verdadeira. Portanto, ou ‘o atual rei da França é careca’ ou ‘o atual rei da França não é careca’ deve ser verdadeira.” (Russell, 1974b, p. 14)

Em seu artigo, Russell afirma que “devemos ou promover uma denotação nos casos em que ela está ausente à primeira vista, ou abandonar a perspectiva de que a denotação é o que se concerne nas proposições que contém expressões denotativas” (Russell, 1974b, p. 13). O autor não concorda com a resolução de Frege quanto às expressões E1, onde conforme argumentou na obra *Conceitografia*, podemos atribuir uma referência arbitrária para os termos singulares num contexto matemático, como, por exemplo “a divisão de 1 por 0”, pois, na linguagem natural, a sentença não se refere nem ao verdadeiro nem ao falso (Morris, 2007).

Russell (1974b) decide descartar a noção de que as D.D.s dizem respeito a uma “denotação”. Por isto, de acordo com seu método, nestas situações (P2), estamos na verdade ou dizendo que há um único objeto e este objeto possui certa(s) propriedade(s), ou então negamos que este objeto possui tal propriedade. Deste modo, dependendo do escopo no qual a expressão denotativa se dá, temos duas formas de interpretar a expressão “o atual rei da França” na sentença:

¹² Na publicação original: “By the law of excluded middle, either ‘A is B’ or ‘A is not B’ must be true.” (Russell, 1905, p. 458), a tradução que utilizamos seguiu literalmente, e o referido princípio é geralmente tratado por Lei do terceiro excluído, porém, interpretamos que o exemplo diz respeito ao princípio da bivalência, e vamos tratar desse modo durante o trabalho.

(P2) “o atual rei da França não é careca”

P2’ - Se a ocorrência de “o atual rei da França” é primária (Russell, 1974b, p. 18), lê-se que:

“Existe uma única entidade que agora é rei da França e **não** é careca”.

Nesse caso, estamos apenas negando que o indivíduo possui a propriedade de ser careca e esta sentença é falsa. Mas como sabemos, não há um indivíduo que é atualmente rei da França. Isso significa que na interpretação P2’, a sentença (P2) é claramente falsa. Agora vejamos uma segunda interpretação.

P2’’ - Em ocorrência secundária (Russell, 1974b, p. 18), temos que:

“**É falso que** existe uma entidade que é agora rei da França e é careca”.

Neste escopo, estamos negando que há um determinado indivíduo com as propriedades descritas. Consequentemente, na interpretação P2’’, a sentença é verdadeira.

Com este método, não violamos o princípio da bivalência, mesmo que o sujeito não tenha uma referência conhecida, ela ainda é significativa no contexto em que se dá. Segundo Morris (2007), deve-se observar o escopo da D.D., pois a expressão denotativa não tem significado isoladamente, como apontamos anteriormente.

Na sequência, Russell investiga se sua teoria respeita o princípio de Não-Contradição, o qual é o que parece estar sendo desrespeitado no terceiro *puzzle*, como podemos verificar abaixo:

(P3) Considere-se a proposição ‘A difere de B’. Se isto é verdade, existe uma diferença entre A e B, fato que se pode expressar sob a forma ‘a diferença entre A e B subsiste’. Mas se é falso que A difere de B, então não existe diferença alguma entre A e B; fato que se pode expressar sob a forma ‘a diferença entre A e B não subsiste’. Mas como pode uma não-entidade ser o sujeito de uma proposição?

(Russell, 1974b, p. 14)

Cabe esclarecer que para o autor não há diferença na utilização dos termos lógicos “existe” e “subsiste”. Contudo, a sentença “a diferença entre A e B não subsiste” em P3 é contraditória em ocorrência primária porque envolve a afirmação de algo específico (definido) que não existe, a sentença seria:

“Há exatamente um objeto que é a diferença de A e B, e esse objeto não existe”.

Russell não aprecia a ideia de acomodar em sua teoria os tais objetos não existentes, afirma que qualquer teoria que evite essas contradições deve ser preferida. Essa crítica é direcionada à teoria de Meinong por incorporar a noção de que as frases denotativas gramaticalmente corretas denotam objetos ao menos subsistentes (Russell, 1974b). O exemplo clássico evocado é “o quadrado redondo”. Ele então propõe reavaliar a palavra “existe” não como um predicado, mas como um quantificador: “há exatamente um objeto tal que φ ”. De modo semelhante ao apresentado, podemos agora tratar a proposição “a diferença entre A e B existe”:

P3’ - No caso em que A difere de B, então, “existe uma e somente uma entidade x , tal que $x + A = B$ ” (Russell, 1974b, p. 18). Segue-se que a sentença é verdadeira, caso $A \neq B$.

P3’’ - Por outro lado, se não há algo que corresponda à diferença de A e B, a expressão “a diferença entre A e B” não denota nada, então simplesmente a sentença “existe uma e somente uma entidade x , tal que $x + A = B$ ” se torna falsa. Assim, podemos também negar a diferença de A e B da seguinte forma (Russell, 1974b, p. 18):

“não é o caso que existe uma e somente uma entidade x , tal que $x + A = B$ ”.

Com isso, formalizando a sentença “a diferença entre A e B subsiste”, Russell argumenta que podemos atribuir um valor de verdade tanto no caso P3’ quanto P3’’, sem gerar uma contradição. E defende ainda que sua teoria consegue auxiliar nas dificuldades de compreender certas proposições numa dada expressão verbal, sugerindo que: “As proposições das quais as entidades são derivadas não são idênticas seja a essas entidades, seja às proposições que essas entidades têm sido” (Russell, 1974b, p. 18).

Em decorrência disto, pode-se também tratar expressões do tipo E1 que contém nomes ficcionais, como “Apolo é deus grego” com o mesmo método apresentado. A grande vantagem desse esforço é que podemos afirmar que a sentença na qual o N.P.O. ocorre é certamente significativa, embora presumamos que seja falsa (Morris, 2007, p. 63). Por essa razão, outros autores também evocaram o método russelliano de eliminar um nome próprio de sentenças que envolvem existência, na medida em que este for compreendido como sinônimo de uma certa D.D..

Fundamentalmente, como vimos, este processo consiste em substituir descrições definidas por meio de expressões que envolvem existência e unicidade: “existe um e somente um x ”. No caso de “Apolo existe”, pode-se utilizar a expressão em ocorrência secundária, negando toda a sentença, de modo que teríamos:

“não é o caso que há um certo x tal que, este x tem a propriedade β ; e se houver um y tal que y tem propriedade β , então $x=y$ ”.

Aqui, β representa as propriedades que consideramos fundamentais para expressar o significado de Apolo como, por exemplo, ser deus sol.

De acordo com Lycan (2022, p. 31), a visão de Russell indica que as D.D.s possuem significado além daquilo que denotam. A partir do método acima exposto, o autor fornece um método para parafrasear sentenças que contém o artigo definido, para revelar a sua “forma lógica”.

No capítulo seguinte, veremos como Kripke vai contra o descritivismo de Frege e Russell, recuperando a visão que remonta a Stuart Mill de que nomes próprios referem-se diretamente a um certo objeto. Veremos, além disso, como ele concilia essa visão dos nomes próprios com o paradoxo levantado por Frege (1892), como enunciados envolvendo a igualdade podem ser verdadeiros e, ao mesmo tempo, informativos?

3 CONCEPÇÃO DA REFERÊNCIA DIRETA

Tendo em mente as questões retratadas até o momento, neste capítulo avançaremos para as considerações de Saul Aaron Kripke, com base na compilação de suas palestras realizadas na Universidade de Princeton, ao longo do ano de 1970 e posteriormente publicadas sob o título *O Nomear e a Necessidade* (1972). Em contraposição ao descritivismo, podemos dizer que alguns autores como Stuart Mill, Kripke e Ziff defendem a concepção de que os nomes próprios referenciam indivíduos de maneira direta. Neste capítulo, comparamos algumas das questões já apresentadas acerca do descritivismo de Russell com a concepção de Kripke, destacando as principais críticas feitas pelo autor em relação à visão anterior.

Embora a exposição das palestras não siga uma divisão ordenada, destacamos os seguintes temas no percurso da primeira palestra: no início temos as definições de nome, referente e designador, sendo introduzidos alguns dos problemas debatidos tradicionalmente na filosofia da linguagem, especialmente a relação entre nomes e descrições. Em seguida, compara-se a perspectiva de Mill *versus* Frege-Russell, caracterizando o que o autor vai chamar de descritivismo ao longo da obra, para tecer suas críticas. Kripke apresenta críticas iniciais e, em seguida, adentra nas noções de verdade, possibilidade e necessidade, esclarecendo o que ele entende por necessário, contingente, *a priori* e *a posteriori*; com isso, ele propõe uma nova visão sobre questões de *aprioridade*.

Num segundo momento da primeira palestra, o autor fornece exemplos sobre o que seria sua proposta de mundo possível e qual seria a função do nome próprio para identificar indivíduos em diferentes circunstâncias. Por fim, Kripke apresenta seu entendimento sobre descritivismo em seis testes para, então, criticá-las pontualmente, ao que se dedica na segunda palestra.

O propósito deste capítulo não é seguir fielmente o percurso do texto, tampouco explorar todos os argumentos apresentados. Aqui, queremos expor uma visão clara e concisa sobre a concepção kripkiana de nomes próprios enquanto designadores rígidos que se referem direta e fixamente a uma referência. Além disso, debateremos as principais críticas ao descritivismo, avaliando como elas contribuem para uma noção mais ampla para o debate

sobre o funcionamento da linguagem, e em que medida as teorias filosóficas nos auxiliam (ou não) nesse entendimento.

3.1 NOMES PRÓPRIOS E DESIGNADORES RÍGIDOS

Como exposto no capítulo anterior, Russell deixou subentendido que *descrições definidas* seriam suficientes para denotar indivíduos se interpretadas segundo sua teoria. Contudo, de acordo com Kripke, ao analisarmos a expressão: “O discípulo de Platão e professor de Alexandre, o Grande”, percebemos que, ao introduzir uma circunstância contrafactual, essa descrição já não denota o indivíduo Aristóteles.

Kripke não admite que substituir um nome por uma descrição seja uma alternativa válida. Para justificar sua posição, ele expõe que podemos pensar em mundos possíveis, nos quais as descrições definidas podem falhar em determinar a referência pretendida, enquanto os nomes próprios, uma vez fixados, apontam o referente independentemente do mundo possível descrito.

Segundo Kripke, um nome próprio deve ser compreendido tal como em seu uso cotidiano, quando o empregamos para nomear pessoas e lugares. O nome será um “designador rígido” quando designar um mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis que esse indivíduo se encontra (i.e., designam a mesma referência em todos os mundos possíveis). Se o objeto em questão é um existente necessário, então o designador será fortemente rígido.

Assim como Russell, o autor não considerou a descrição definida como parte da categoria de termos singulares; por outro lado, as descrições definidas não devem ser tomadas como equivalentes a nomes próprios ordinários. Para abranger nomes e descrições, será utilizado o termo “designador”; já as descrições definidas, são entendidas como “designador não-rígido”, pois podem designar referências diferentes em outros mundos possíveis. Kripke chama de “referente da descrição” os objetos ou indivíduos que correspondem às propriedades atribuídas a ele por meio desta certa descrição (designador) (Kripke, 2012, p. 70).

Nesta abordagem, compreendemos o nome próprio como um *designador rígido*. Com base nisto, para Kripke, o método de Russell em substituir um nome próprio por uma descrição definida não se sustenta devido a esta distinção fundamental. Ao usar um termo como designador rígido, já não é necessário recorrer nem mesmo a um feixe de descrições. Kripke comenta que prefere noções mais intuitivas, afirmando: “Geralmente, a nossa referência depende não apenas daquilo que nós próprios pensamos, mas das outras pessoas da comunidade, da história de como o nome chegou até nós e de coisas deste gênero. É seguindo essa história que chegamos à referência” (Kripke, 2012, p. 156). Essa concepção ficou conhecida como teoria da referência histórico-causal.

Existe uma abordagem de teóricos da filosofia da linguagem que Lycan intitulou de “referencialistas”, representada pelos autores que possuem a seguinte visão sobre a linguagem: “A ideia é que as expressões linguísticas têm os significados que têm, porque estão em lugar das coisas; o seu significado reduz-se a essas coisas. Deste ponto de vista, as palavras são como etiquetas; são símbolos que representam, designam, nomeiam, denotam ou referem” (Lycan, 2022, p. 22).

Esta visão pode ser observada inicialmente em Stuart Mill em “*A System of Logic: Ratiocinative and Inductive*” (1843), que entende as palavras como etiquetas (*placeholders*) para as coisas no mundo. O autor já sugeria que os nomes próprios nomeiam, designam, representam, denotam e referem a coisas diretamente; todavia, o nome não contribui com nenhum significado à sentença em que ocorre, sua única função é introduzir ou indicar o indivíduo. Kripke parece concordar com essa posição, na qual nomes possuem um significado objetivo ou literal, que são sua referência; por outro lado, não possuem uma conotação, ou seja, um significado psicológico, emocional, subjetivo.

Para ilustrar essa ideia, pensemos no nome “Foz do Iguaçu”¹³. O nome da cidade nos indica que ela está localizada na foz do rio Iguaçu e de fato isso ocorre. No entanto, é razoável pensar que se houvesse um desvio, ou se o rio secasse de tal modo que “Foz do Iguaçu está na foz do Rio Iguaçu” não fosse mais o caso, ainda assim, continuaríamos a usar o nome “Foz do Iguaçu sem qualquer prejuízo. Ou seja, a cidade não deixaria de se chamar “Foz do Iguaçu” por não estar mais situada na foz do Rio Iguaçu. Kripke comenta que o nome (“Foz do

¹³ O exemplo de Kripke (2012, p. 72) é “*Dartmouth*”, mas é perfeitamente satisfeito por Foz do Iguaçu, que está mais próxima de nós.

Iguaçu”) não obriga que a cidade esteja em determinada relação com este rio, assim como outros nomes próprios não obrigam que o indivíduo tenha feito tais e tais coisas.

Kripke reconhece a vantagem das teorias de Frege-Russell em relação à teoria de Mill, por explicar como determinamos a referência dos nomes. Porém, as teorias descritivistas descartam totalmente essa noção de nome enquanto uma etiqueta e partem para uma abordagem de que o nome seria uma descrição definida abreviada (no caso de Frege, o nome pode expressar diferentes sentidos).

Considerando a distinção entre nome próprio e descrição definida apresentada, Kripke pontua casos onde essas noções se confundem, como “O Sacro Império Romano”, que apesar de se apresentar como uma expressão denotativa por começar com o artigo definido “o”, é, na verdade, um nome (Kripke, 2012, p. 72). Este caso ilustra como algumas expressões, mesmo parecendo descrições definidas, não correspondem necessariamente ao objeto ou indivíduo que sugerem. O autor ironiza essa confusão com o exemplo acima, visto que “O Sacro Império Romano” não teve nenhuma dessas características (não era nem sagrado, nem império, nem romano), e novamente afirma discordar de autores que assumem as descrições como uma abreviação ou disfarce de um nome (Kripke, 2012, p. 74).

Assim como Russell em *Da Denotação*, Kripke (2012, p. 76) busca oferecer uma contra-resposta¹⁴ que aborda dois problemas fundamentais na filosofia da linguagem: a questão da identidade de nomes com múltiplas referências e os casos nos quais nomes são usados sem referência, sem infringir o princípio da bivalência. Na sequência, veremos em detalhes como Kripke defende a noção de mundo possível, para maior esclarecimento do tema.

¹⁴ É interessante notar que ambos os autores (Russell e Kripke) dizem que não pretendem fundar uma nova teoria com seus trabalhos e que a intenção seria apenas mostrar que a teoria anterior tinha problemas que poderiam ser evitados. Mas, como sabemos, ironicamente ambos propuseram teorias sobre a referência de nomes próprios.

3.1.1 Delimitação do conceito de mundo possível

Durante suas palestras, Kripke introduziu inovações significativas, propondo novas perspectivas envolvendo as noções de verdade, possibilidade e necessidade¹⁵. Esses conceitos são utilizados como base para seus argumentos modais, assunto sobre o qual o autor tinha grande interesse. Durante essa exposição, destaca-se a delimitação do conceito de mundo possível como uma semântica para compreender o necessário, o possível e o contingente, além de explicar a relação de identidade entre nomes.

Esse tema é abordado em diversos momentos ao longo da exposição, reforçando qual é a concepção de mundo possível defendida. Entretanto, Kripke alerta que ocorrem desentendimentos por conta da incompreensão do uso dessa ferramenta conceitual. Para evitarmos esse desentendimento, dedicamos essa sub-seção para avaliar pontualmente a noção de mundo possível ou situação contrafactual. Conforme a exposição do autor: “(1) Em geral, numa situação contrafactual as coisas não se ‘descobrem’, estipulam-se; (2) os mundos possíveis não têm de ser dados de maneira puramente qualitativa, como se estivéssemos a olhar para eles através de um telescópio” (Kripke, 2012, p. 100).

Na prática, diz Kripke, podemos imaginar situações contrafactuais para certos indivíduos ou objetos (nomes), como se estivessem num mundo com leves alterações de condições. É importante esclarecer que (1) não começamos por mundos e depois procuramos os objetos. Segundo Kripke, começamos justamente descrevendo o que poderia ter acontecido com determinado objeto. Para isto, (2) inicialmente não precisamos nos preocupar com as propriedades necessárias do indivíduo, para falar sobre este indivíduo nas situações contrafactuais delimitadas, pois já temos o indivíduo de quem iremos falar (Kripke, 2012). Outro ponto importante é que as propriedades de um mundo possível não estão ligadas às propriedades do mundo atual.

Tendo em conta a tese de mundos possíveis, para que a comunicação ocorra como esperado, devemos ter algum tipo de parâmetro para poder determinar se o nome em questão designa rigidamente o mesmo indivíduo ao longo dos mundos possíveis. A proposta de

¹⁵ O autor entende que analítico e sintético estão no âmbito semântico; *a priori* e *a posteriori* estão no âmbito epistêmico e necessário e contingente encontram-se no âmbito metafísico. Porém, Kripke (2012, p. 83) faz a ressalva de que: “‘pode ser conhecido *a priori*’ não significa ‘tem de ser conhecido *a priori*’”. Então, cabe pontuar que ele define o uso de *a priori* como “os enunciados cuja verdade se segue de uma ‘definição’ fixadora da referência” (Kripke, 2012, p. 118).

Kripke utilizará o nome enquanto um designador rígido do objeto, que percorre estes mundos considerando que: “só um enunciado ou um estado de coisas é que pode ser necessário ou contingente!” (Kripke, 2012, p. 89), e que nesse enunciado, temos um designador (preferencialmente rígido) como veremos adiante.

Para demonstrar a vantagem dessa concepção de nomes diante da concepção descritivista, Kripke propõe considerar o nome “Aristóteles”, sobre o qual poderíamos escolher diversas descrições sobre feitos que são atribuídas a ele. A questão que se coloca com os mundos possíveis é que Aristóteles poderia não ter feito aquilo que lhe atribuímos por meio de uma descrição definida; contudo, Aristóteles não poderia não ser Aristóteles (Kripke, 2012). O autor afirma que uma distinção de âmbito, ou escopo das descrições (como propôs Russell), não seria suficiente para garantir que estamos nos referindo ao indivíduo supracitado, conforme a passagem:

Uma situação em que ele não as realizasse seria por nós descrita como uma situação em que Aristóteles não as realizou. Isto não é uma distinção de âmbito, como por vezes acontece no caso das descrições, onde se pode dizer que o homem que ensinou Alexandre poderia não ter ensinado Alexandre; apesar de que não poderia ser verdade que: o homem que ensinou Alexandre não ensinou Alexandre.

(Kripke, 2012, p. 115-116)

Não importa a circunstância: para a concepção kripkiana, o indivíduo Aristóteles será identificado como Aristóteles em todos os mundos em que há algo que corresponda ao nome “Aristóteles”, pois “um designador designa rigidamente um certo objecto se designar esse objecto onde quer que ele exista; se, além disso, o objecto é um existente necessário, o designador pode ser chamado fortemente rígido¹⁶” (Kripke, 2012, p. 99). Por outro lado, se avaliarmos o designador de um nome que ocorre em um mundo possível em que o objeto não existe, então o designador não se refere a nada neste mundo possível.

Para explorar essas questões, utiliza-se como exemplo o caso de Nixon, que é conhecido por ter sido “o presidente dos EUA em 1970”, mas é possível pensar que Nixon não foi eleito presidente. Kripke tenta demonstrar com esse exemplo que “embora seja verdade que o presidente dos EUA em 1970 poderia ter sido outra pessoa que não o presidente dos EUA em 1970 (por exemplo, poderia ter sido Humphrey), no entanto, nenhuma outra pessoa além de Nixon poderia ter sido Nixon” (Kripke, 2012, p. 99); a questão

¹⁶ Um exemplo de designador fortemente rígido fornecido pelo autor seriam os números.

em discussão não é simplesmente o nome “Nixon” ser necessário para identificação, mas, que mesmo que ele não se chamasse Nixon, não poderia não ser ele mesmo (Kripke, 2012).

Segundo a análise de Kripke, isso indica que um nome é mais adequado para indicar o mesmo indivíduo em situações contrafactuais (e por isso é um designador rígido), do que descrições definidas enquanto um designador, pois as características ou propriedades do indivíduo em questão tem variação nesses mundos possíveis. Em suma, esse é um dos artificios utilizados por Kripke como base para suas críticas ao descritivismo, como veremos na seção a seguir. Essa ferramenta também contribui como um argumento favorável ao seu entendimento de como os nomes próprios funcionam na linguagem, além de sustentar a tese da identidade entre nomes como sendo necessária, tópico que também será comentado na sequência.

3.2 A IDENTIDADE E A TEORIA CAUSAL

Levando em conta a proposta de mundos possíveis e designadores rígidos, para garantir a identidade transmundial [*trans world identification*] é preciso avaliar em algum nível quais as condições necessárias e suficientes para identificação do indivíduo. De acordo com Kripke (2012, p. 96), essas questões são puramente qualitativas, um exemplo: se não podemos imaginar Nixon sem uma determinada propriedade, então essa propriedade é necessária para Nixon; ou, dito de outro modo, é uma propriedade necessária de Nixon que ele tenha essa propriedade (Kripke, 2012, p. 96).

Adiantando possíveis críticas¹⁷ a essa proposta, Kripke adverte que quando eu digo que Nixon poderia ter perdido as eleições em um outro mundo possível, eu estou dizendo que a derrota da eleição poderia ter ocorrido a **ele**; esse mesmo indivíduo. É “porque podemos referir Nixon (rigidamente) e estipular que estamos a falar daquilo que lhe poderia ter

¹⁷ Durante a primeira palestra, Kripke responde a um suposto questionamento, de que seria necessário primeiro determinar quais as propriedades necessárias de um indivíduo, para então tentar identificá-lo em um mundo possível. O autor na sequência declara que essa pergunta está invertendo a ordem do procedimento de imaginar um indivíduo em um mundo possível, e que de acordo com sua definição, isso não seria um problema.

acontecido a ele (em certas circunstâncias) que as ‘identificações transmundiais’ não levantam qualquer problema em tais casos” (Kripke, 2012, p. 100).

Talvez em exemplos como o anterior seja mais fácil visualizar como um nome pode fixar uma referência nesse contexto. Mas podemos nos perguntar: como seria o funcionamento de um nome próprio, em seu uso cotidiano, de que forma um nome como “Xuxa” vem a designar um determinado indivíduo? A resposta para sustentar uma explicação sobre como o nome pode designar algo – sem as noções de sentido fregeano e sem a análise russelliana – utiliza-se do argumento do batismo inicial, onde Kripke (2012, p. 136) argumenta que basta nomear o indivíduo de tal forma que, ao utilizarmos este nome, estaremos nos referindo a ele rigidamente.

Complementando a ideia desse processo, o autor argumenta que o nome irá se espalhar por uma cadeia, numa ponta está o nome referido e na outra o falante: “Quando o nome é ‘transmitido de elo em elo’, julgo que o receptor do nome tem de ter a intenção, quando o aprende, de o usar com a mesma referência que o homem a quem o ouviu” (Kripke, 2012, p. 157-158). Portanto, há uma prática estabelecida de uso do nome para a teoria da referência histórico-causal: os falantes fazem parte de uma comunidade, utilizam e transmitem o nome de elo em elo, de tal modo que o uso anterior dos nomes contribui para o próximo uso, referenciando certo indivíduo.

Kripke também sustenta que essa concepção “[...] tenta dar os critérios de identidade de objectos particulares em termos de outros objectos particulares, e não em termos de qualidades” (Kripke, 2012, p. 103). Então, o fato de saber se Nixon é necessariamente humano não é uma questão epistemológica; e sim uma questão de possibilidade. É possível pensar em coisas e pessoas em situações e com qualidades muito diferentes daquilo que observamos atualmente, mas ainda estamos pensando nessa pessoa ou coisa específica.

Mas pensar ou falar sobre esses nomes em mundos possíveis não nos compromete a admitirmos que o indivíduo esteja efetivamente em todos os mundos possíveis. Segundo Kripke (2012), isso simplesmente pressupõe que naqueles mundos em que o designador rígido se refere a algo que exista, o indivíduo será identificado. Bem, se já estamos considerando que o designador rígido assegura a identidade do indivíduo, qual é a relevância dos mundos possíveis?

Suponhamos que a referência de um nome é dada por uma descrição ou por um feixe de descrições. Se o nome significar o mesmo que a descrição ou que o feixe de descrições, então não será um designador rígido. Não designará necessariamente o mesmo objecto em todos os mundos possíveis, uma vez que noutros mundos poderiam ser outros objectos a ter as propriedades dadas, a não ser, evidentemente, que tivéssemos usado propriedades essenciais na nossa descrição.

(Kripke, 2012, p. 109-110)

Os mundos possíveis, como já mencionamos, são uma ferramenta conceitual que nos ajudam a pensar, avaliar ou testar se as propriedades ou predicados que atribuímos a um indivíduo como Nixon são necessárias ou contingentes. Essas condições parecem impor alguma dificuldade à teoria histórico-causal, mas Kripke argumenta que não é necessário primeiro definir quais as qualidades necessárias e quais as suficientes para avaliar o indivíduo, pois eu já me refiro diretamente a ele através de um designador rígido. O autor sustenta que basta ponderar se algo poderia ser verdadeiro ou falso. Se for falso, então não é algo necessariamente verdadeiro, e se for verdadeiro nos perguntamos se poderia ser de outro modo; se esse for o caso, então também é algo contingente, mas, se for verdadeiro e não puder ser de outra forma, é necessariamente verdadeiro (Kripke, 2012).

Voltando ao caso de Nixon, questionamos: é necessário que Nixon tenha vencido as eleições em 1968? Como vimos, a resposta vai depender de como descrevemos/nomeamos o indivíduo (e o mundo possível), se utilizarmos “o homem que venceu as eleições de 1968” para falar de Nixon, então seria necessário que “o homem que venceu as eleições de 1968” tivesse vencido as eleições. Mas se usarmos “Nixon” como um designador rígido, responderíamos que é contingente ele ter vencido as eleições, pois várias situações poderiam ser diferentes, ele poderia não ter vencido, poderia nem ter concorrido, etc.

Kripke entende que “Nixon é simplesmente o nome do homem; as propriedades accidentais são algo intuitivo enquanto que propriedades essenciais equivalem a questão da identidade do indivíduo nos mundos possíveis” (Kripke, 2012, p. 91). Evidentemente, as descrições podem se referir ou não de modo muito mais variado – a depender da situação – enquanto que o nome refere-se diretamente ao indivíduo se houver correspondente, independentemente da situação. Lycan sintetiza a questão com o seguinte teste: “N poderia não ter sido N”.

Cabe pontuar que Kripke (2012) concede que, por vezes, as descrições podem ser utilizadas para fixar uma referência, mas resgatando a concepção de nomes millianos, nega

que as D.D. forneçam o significado ou sejam uma abreviação do nome. Por outro lado, se a função do nome enquanto designador rígido é referir-se rigidamente a um objeto, a teoria histórico-causal da referência precisa responder a algumas questões relacionadas a termos singulares vazios ou ficcionais, como “o almoço grátis” e Drácula.

Uma possível resposta sugerida por Lycan (2022, p. 91) é que algumas coisas são falsas, como sentenças que contém expressões do tipo: “o almoço grátis existe” ou “Drácula existe”; mas poderiam ser verdadeiras e, assim, o valor de verdade da proposição varia de acordo com o mundo possível que estamos analisando. Porém, há de se fornecer uma explicação para a cerimônia de batismo: como é possível batizar algo que não existe? E sobre isso, poderíamos admitir que até mesmo nomes vazios como “Drácula” são introduzidos na linguagem pela comunidade. Nesse caso, o primeiro elo da corrente é “o próprio acontecimento de atribuição do nome e não quaisquer hipotéticas façanhas do portador inexistente” (Lycan, 2022, p. 111).

Ademais, temos os casos de mais de um nome para um mesmo referente, de que modo poderíamos explicar que “Fósforo” e “Héspero” designam rigidamente o mesmo objeto? A resposta não será tão sofisticada como a de Frege e Russell, mas, em alguma medida, parece mais natural. Conforme destacado por Lycan (2022), segundo a tese histórico-causal da referência, situações de correferencialidade como essa podem ocorrer devido ao um equívoco na cerimônia de batismo, onde possivelmente mais de uma pessoa iniciou a cadeia de uso do nome e deu continuidade até que em dado momento constata-se que são na verdade o mesmo objeto. Nota-se que Héspero e Fósforo não são uma estrela e sim um planeta, e desse ponto em diante usa-se “Vênus” para designar o objeto.

Na sequência, veremos as principais críticas de Kripke ao descritivismo, explicitando os pontos com os quais o autor expressa maior discordância teórica. É interessante notar que apesar de suas críticas rejeitarem a resposta proposta para alguns problemas pontuais da filosofia da linguagem, o próprio Kripke não fornece respostas claras a estes problemas, deixando em aberto questões como as duas últimas mencionadas.

3.3 CRÍTICAS DE KRIPKE SOBRE AS TESES DO DESCRITIVISMO

Neste tópico, nos reservamos aos pontos em que notamos as principais distinções e críticas em relação à teoria descritivista de Russell, apesar da exposição de Kripke debater com outras abordagens, como a de Strawson, Searle, Donnellan, Wittgenstein, Ziff e outros. Na ocasião da palestra, Kripke não se preocupou em entrar nos pormenores da teoria de Russell, Frege e Strawson. Ele considerou que uma ideia geral da teoria descritivista já bastaria para as suas considerações e críticas.

No presente trabalho, consideramos mais interessante focar nas ideias do autor com relação à teoria de Russell para que a análise fique mais clara. Com isso em vista, selecionamos as passagens a seguir. Inicialmente, expondo as duas divergências teóricas de Kripke com Russell; a primeira, e já mencionada na seção 3.1, é que ele não aceita a definição russeliana de nome: para Kripke, os nomes são aquilo que designam um objeto como na linguagem natural.

A segunda questão diz respeito à aceitação de um sentido para nomes e descrições definidas, enquanto Russell rejeitou o conceito de sentido fregeano¹⁸. Como vimos, Russell diferenciou N.P.O. e N.P.G., para ele, o N.P.O. abrevia uma descrição definida. Os N.P.O. não têm sentido, mas demandam uma análise que envolve a existência e a unicidade do objeto ou indivíduo para avaliar se “existe um único x tal que Fx ”; se é o caso que há um único x corresponde a tais fatos ou propriedades, então x é o referente.

Para Russell há duas alternativas para denotar algo: se houver proximidade o suficiente, podemos usar os N.P.G. (isto, esse, esta) e apontar para o objeto e determinar a referência de maneira ostensiva. Caso o objeto não esteja ao alcance para ser apontado, Russell defende a possibilidade de determinar a referência de um nome com base no conhecimento que temos acerca das coisas (conhecimento por descrição), conforme mencionado acima. Assim, se as propriedades dadas pela descrição definida forem atendidas por uma única coisa, a sentença denotará o objeto.

Kripke avalia o segundo caso, utilizando o exemplo: Se uso o nome “Napoleão” e alguém que não o conheça pergunte a quem estou me referindo, é muito provável que a

¹⁸ No entanto, mesmo essa questão é alvo de questionamento Kripke (2012, p. 73) comenta que de certo modo o entendimento de N.P.O.s de Russell envolve em algum nível um sentido, o qual seja, a análise das sentenças como funções proposicionais que envolvem quantificadores.

resposta será uma descrição definida que identifique o referente do nome, algo semelhante a: “o imperador dos franceses no início do século XIX, derrotado em Waterloo” (Kripke, 2012, p. 75). Sendo este o procedimento proposto para determinar o referente, Kripke questiona as situações onde não há um conteúdo cognitivo que satisfaça a D.D., e argumenta que a abordagem descritivista está errada enquanto uma teoria do significado dos nomes.

Os descritivistas também trataram sobre a questão da identidade, há casos onde podemos descobrir que dois nomes se referem a um mesmo objeto, e essa concepção permitiu expressar isso através de uma afirmação de identidade (Kripke, 2012). Com o exemplo conhecido de Fósforo e Héspero, é possível observar situações em que reconhecemos haver mais de um modo de se referir a este objeto. Vimos anteriormente como Russell tentou responder essas situações em P1 sobre a identidade, e em P2, quando a D.D. não diz respeito a coisa alguma, utilizando sua metodologia.

Kripke aproveita e estende suas críticas aos autores que criticaram Russell, e, ao mesmo tempo, “conservaram” os fundamentos da teoria descritivista¹⁹; segundo Morris (2007, p. 79), considerando que a teoria desses autores diz respeito sobretudo ao “o significado que um nome próprio tem para *um indivíduo*, o compromisso fundamental da teoria diz respeito ao que precisa ser verdadeiro para que o nome tenha significado para um indivíduo”. A estratégia de Kripke é: se a teoria deve se aplicar a qualquer nome e a qualquer falante, basta encontrar um que não esteja adequado com a teoria. Junto dessas questões, destacamos, a seguir, duas visões da teoria descritivista avaliadas pelo autor:

(DR1) “Uma dessas maneiras diz que o feixe ou a descrição única nos dão efectivamente o significado do nome; e que, quando alguém diz ‘Walter Scott’, quer com isso dizer o homem tal que tal e tal e tal e tal” (Kripke, 2012, p. 79).

(DR2) “Numa outra perspectiva, apesar de a descrição não nos dar de certo modo o significado do nome, é ela que determina a sua referência [...] a família ou a descrição única são aquilo que usamos para determinar a quem é que alguém se refere quando diz ‘Walter Scott’” (Kripke, 2012, p. 79 - *adaptado*).

Kripke declara que a abordagem DR2 fica em desvantagem se a teoria não supuser o significado do nome; e propõe-se a analisar DR1 por envolver a questão de significado no

¹⁹ Em *Nomear e a Necessidade* menciona-se nesse sentido o trabalho de Frege, Searle, Strawson, Quine, Donnellan dentre outros.

âmbito semântico. O objetivo central de Kripke volta-se a questionar as propriedades ligadas ao nome: “O que realmente se pergunta é se há algo que responda às propriedades que associamos ao nome” (Kripke, 2012, p. 76). Além disso, ele desconfia que a descrição não está afirmando de fato algo sobre a identidade, e, caso estivesse, então suas propriedades seriam necessárias ou contingentes? Haveria uma circunstância em que Fósforo não fosse Héspero ao longo dos mundos possíveis?

Preliminarmente, pode até parecer que a descrição “a estrela da manhã” está determinando a referência de um nome; no entanto, tal descrição é classificada como um designador não-rígido, pois imaginando uma situação onde “Fósforo” não seja vista pela manhã, a descrição já não denota este objeto. Kripke argumenta que podem haver outros objetos com a qualidade de “vista em tal posição”, mas Fósforo continua sendo Fósforo, independentemente de não lhe avistarmos numa manhã nublado. Desse modo, “Fósforo” designa rigidamente um objeto, enquanto “o corpo celeste que aparece naquela posição no céu” não (Kripke, 2012, p. 111).

Frege advertiu que o mesmo nome pode ter mais de um sentido, conseqüentemente seu significado varia conforme a interpretação que damos ao nome “Enquanto a referência permanecer a mesma, tais oscilações de sentido podem ser toleradas, ainda que elas devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, não devem ter lugar numa linguagem perfeita” (Frege, 2009, p. 132). Por exemplo, podemos asserir que Aristóteles foi “O discípulo de Platão e professor de Alexandre, o Grande”, mas também poderíamos utilizar como descrição definida a expressão: “O fundador do Liceu”, ou “O autor de ‘Ética a Nicômaco’”, e assim por diante.

Kripke, como vimos, não está de acordo com essa proposta, posto que seus esforços estão em avaliar sobre a necessidade e contingência das propriedades²⁰ que caracterizam a identidade de um certo indivíduo (Kripke, 2012). Ele então contesta que o uso da descrição definida como exposto acima seja efetivo para determinar o referente do nome:

Suponhamos que a referência de um nome é dada por uma descrição ou por um feixe de descrições. Se o nome significar o mesmo que a descrição ou que o feixe de descrições, então não será um designador rígido. Não designará necessariamente o mesmo objecto em todos os mundos possíveis, uma vez que noutros mundos

²⁰ Este termo “necessário” é utilizado no sentido metafísico de algo fundamental ou indispensável. Enquanto o “contingente” é uma qualidade acidental, que poderia ser de outra forma.

poderiam ser outros objectos a ter as propriedades dadas, a não ser, evidentemente, que tivéssemos usado propriedades essenciais na nossa descrição. [...] por outro lado, se usamos a descrição apenas para fixar o referente, então esse homem será o referente de ‘Aristóteles’ em todos os mundos possíveis. O único uso dado à descrição terá sido para indicar a que homem nos queremos referir.

(Kripke, 2012, p. 110)

Chamamos atenção para a possibilidade de que certas situações poderiam ter ocorrido de um modo diferente, Kripke evidencia que por meio desta reflexão podemos diferenciar se uma propriedade é necessária ou contingente. Considere-se a sentença abaixo, é possível pensar que:

(10) “Aristóteles não foi o professor de Alexandre, o Grande”.

Mesmo negando algo conhecido sobre Aristóteles, essa sentença diz respeito a Aristóteles e a propriedade de “ser professor de Alexandre o Grande” não é, portanto, necessária a ele, mas sim contingente (Kripke, 2012, p. 84). Como apontado nos trechos anteriores, Kripke não acha que a questão deva ser sobre qual descrição definida iremos usar para o nome; visto que o significado de um nome não é dado por meio de uma descrição definida. Até porque, se utilizássemos em (10) a descrição definida “o professor de Alexandre, o Grande” como o significado de “Aristóteles”, então dizer que “Aristóteles foi professor de Alexandre, o Grande” seria uma tautologia.

Kripke (2012, p. 77) afirma que não parece que esse seja o caso, essa seria uma situação que poderia ser falsa, Aristóteles poderia ter feito coisas diferentes e nunca ter conhecido Alexandre o Grande. A partir desta colocação, a noção de que descrições – de certa forma – dão o significado de nomes, como expressa em (DR1), parece ficar comprometida (Kripke, 2012, p. 81).

Ao final da primeira palestra, são esboçadas seis teses que, segundo o autor, resumem a teoria descritivista. Junto dessa exposição, ele apresenta pontualmente as críticas a Frege-Russell, decompondo as teses da “teoria de feixe” enquanto uma teoria do significado dos nomes, que para Kripke (2012) possui mais defeitos que vantagens. Vejamos, primeiramente, as três primeiras teses do descritivismo, entendendo aqui que a variável “S” é o falante:

T1 - Todo nome ou expressão designadora ‘ x ’ tem um feixe de propriedades que lhe corresponde, a saber: a família daquelas propriedades φ ’s tais que S acredita ‘ φx ’ [...]

T2 - S acredita que uma das propriedades, ou algumas em conjunto, seleccionam um e um só indivíduo. [...]

T3 - Se há um e um só objecto y que satisfaz a maioria, ou uma maioria ponderada, das φ ’s, então y é o referente de ‘ x ’

(Kripke, 2012, p. 119 - *adaptado*)

(T1) não sofre objecção de Kripke, por ser uma definição de “expressão designadora”. Em (T2), explicita-se o que já está indicado em (T1) sobre a questão da crença do indivíduo S em relação às descrições definidas que podem designar unicamente o nome em questão. Mas isso não garante sucesso, trata-se da convicção do falante sobre o indivíduo, que pode ou não ser o caso (Kripke, 2012).

Na sequência, (T3) confirma a crença enunciada em (T2). Contudo, pontua-se sobre (T3) que, por vezes, S pode estar enganado ao utilizar uma D.D. para se referir a x , mas outra D.D. poderia designar o objeto mais precisamente. A partir disso, Kripke problematiza o critério de determinação das descrições φ ’s suficientes para apontar o objeto.

Importante lembrar que Russell não comenta sobre quantas D.D.s seriam necessárias nesse procedimento, quem coloca esse ponto em debate é Strawson, que oferece um argumento de “bom senso” entre os envolvidos. Kripke se refere a isso como uma espécie de “votação democrática” (Kripke, 2012, p. 120), a questão é que ele discorda que seja sensato atribuir o mesmo peso entre as mais diversas propriedades, pois algumas são intuitivamente mais relevantes que outras.

Vejamos, na sequência, as outras três teses descritivista que Kripke procura combater:

T4 - Se o escrutínio não elege um objecto único, então ‘ x ’ não tem referente. [...]

T5 - O enunciado ‘Se x existe, então x tem a maioria das φ ’s’ é conhecido *a priori* pelo falante. [...]

T6 - O enunciado ‘Se x existe, então x tem a maioria das φ ’s’ expressa uma verdade necessária (no idiolecto do falante).

(Kripke, 2012, p. 120)

Com relação às três teses acima, segundo Kripke, se não utilizarmos a teoria descritivista como uma teoria do significado do nome (DR1), então T6 pode ser desconsiderada, já que as φ ’s podem não necessariamente ocorrer em todos os mundos possíveis. Concentramo-nos então, em (T4) e (T5) que, conforme a interpretação acima, se

avaliadas em conjunto, implicam que é uma verdade *a priori* que se as propriedades φ 's não são suficientemente satisfatórias para referenciar x , como efeito, x não existe; do mesmo modo, se x existe, S sabe *a priori* que x tem essas propriedades (Kripke, 2012).

Para esclarecer as seis teses acima, Kripke analisa que “‘Moisés existe’ significa que ‘um número suficiente de propriedades φ é satisfeito’” (Kripke, 2012, p. 121). O enunciado “Moisés não existe” pode ser interpretado de diferentes maneiras, poderíamos assumir que não existiu um único x que tenha realizado todos os feitos atribuídos a Moisés, pode ser que “O comandante dos israelitas” não fosse Moisés, e sim seu irmão, ele poderia ainda ter um nome diferente, ou até mesmo, pode ser o caso que Moisés fez algumas das coisas relatadas, mas não tenha aberto o Mar Vermelho.

Com esta avaliação, admite-se que a Bíblia não forneceu propriedades necessárias acerca de Moisés, conectando a questão: como saber que estamos avaliando o feixe correto para o N.P.O.? Isso, por sua vez, mostra que T5 está atrelando a existência de um objeto à satisfação das propriedades dadas na D.D., “O ponto principal disto tudo é que sabemos *a priori* que, se a história bíblica for substancialmente falsa, então Moisés não existiu” (Kripke, 2012, p. 121-122).

Nesse aspecto, Kripke critica a escolha da descrição (ou do feixe) como um fato determinante da existência do objeto. Ao contrário, ele defende que a existência do indivíduo não depende de seu nome, ou da descrição que o abrevia. Sua perspectiva defende que o nome, entendido como um designador rígido, é simplesmente uma maneira de identificar o indivíduo, independentemente das circunstâncias, nos mundos em que ele exista.

Kripke acrescenta uma condição complementar para qualquer semântica dos nomes próprios, denominada por ele de (TC): “Para qualquer teoria satisfatória, a explicação por ela fornecida não deve ser circular. As propriedades usadas no escrutínio não devem envolver elas próprias a noção de referência de uma maneira que, em última análise, não seja eliminável” (Kripke, 2012, p. 123-124). Essa condição visa recusar as teorias sobre a referência de um nome que compreendem que o significado de um nome como “Sócrates” é equivalente a “o indivíduo chamado ‘Sócrates’”. Kripke direciona esta crítica diretamente a Kneale²¹, mas observa que em alguns pontos o próprio Russell chega perto dessa

²¹ Kripke indica como referência o artigo “*Modality De Dicto and De Re*” de William Kneale. Publicado em: Ernest Nagel, Patrick Suppes e Alfred Tarski, **Logic, Methodology and the Philosophy of Science: Proceedings of the 1960 International Congress**, Stanford University Press, 1962, pp. 622-633.

circularidade, ao indicar que “o homem chamado ‘Walter Scott’” enquanto descrição definida que abrevia o nome de “Walter Scott” (Kripke, 2012, p. 126).

O ponto abordado por Kripke, mais uma vez, levanta questionamentos sobre a pertinência da resposta descritivista de Russell, tanto em relação a (DR1) quanto a (DR2), para explicar como um nome próprio designa um referente e como a identidade desse objeto se torna instável ao depender da atribuição de propriedades ou predicados. Como já ilustramos, essas atribuições podem ser facilmente contestadas, o que nos leva a questionar se elas ainda se refeririam ao mesmo indivíduo, caso ele não tivesse desempenhado esses atos em outros mundos possíveis. No próximo capítulo, examinaremos a validade e a defensabilidade das críticas apresentadas até o momento, colocando ambas as abordagens em perspectiva para que nossa análise comparativa possa delinear as principais vantagens e desvantagens de cada teoria.

4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE KRIPKE E RUSSELL

Existem várias objeções à teoria de Russell, dentre as mais conhecidas estão as de Strawson (1950), que sinaliza problemas no uso cotidiano da linguagem, alegando que Russell ignora o contexto em que a frase é usada. Donnellan (1966), por sua vez, comenta sobre uso atributivo e uso referencial que não considerou satisfatório nas teorias de Russell e de Strawson. Já as objeções e críticas de Kripke (1972), como vistas na seção anterior, apresentam questões mais abrangentes ao descritivismo.

O autor questiona não apenas a definição de nome utilizada, mas também formula seis teses que supostamente encapsulam as ideias descritivistas e critica cada uma delas. No entanto, surge a seguinte indagação: será que a concepção da referência histórico-causal fornece respostas mais eficientes para os problemas em discussão? Na presente seção, retomamos as principais objeções endereçadas ao descritivismo²² que foram aperfeiçoadas por Kripke durante a segunda palestra de *O Nomear e a Necessidade*, e avaliaremos se os argumentos kripkianos apresentam, em alguma medida, uma resolução a estes problemas.

Uma das primeiras objeções (OB1) à teoria da denotação foi apresentada por Searle em *“Proper Names”* (1958), indicando que se os N.P.O.s são a abreviação de uma D.D., então deve haver uma descrição para cada nome (Lycan, 2022). Kripke complementa essa crítica, já que, como vimos, o nome “Aristóteles” pode ser expresso por diferentes D.D.s e ainda denotar ao mesmo indivíduo; mas qual seria a D.D. adequada? Tanto Searle²³ como Strawson e Kripke concordam que uma versão mais forte do descritivismo seria considerar que apenas uma descrição definida não seria suficiente; em vez disso, teríamos um feixe de descrições. Mas sobre essa variação, Kripke também apresenta suas críticas.

Parece mais sensato interpretar que certas D.D.s podem descrever o mesmo nome, como já anunciado pelo sentido fregeano. Mesmo admitindo essa reformulação, há uma outra discussão: (OB2) “é inegável que pessoas diferentes sabem coisas diferentes sobre outras pessoas. Em alguns casos, o conhecimento de X sobre Z e o conhecimento de Y sobre Z pode até nada ter de comum” (Lycan, 2022, p. 76).

Seguindo a mesma linha da (OB1) e incorporando (T1), (T2) e (T3), essa objeção ilustra que nomes podem ser ambíguos, poderia haver discordância ao falar de um mesmo

²² Temos como base a obra *Filosofia da Linguagem* de William Lycan, porém, não seguimos a mesma ordem das objeções apresentadas, nem apresentamos todas, por conta do recorte do tema, escolhemos as críticas pertinentes e as enumeramos diferentemente do original.

²³ Searle (1958) com a teoria dos agregados, propõe uma solução para as duas primeiras objeções (OB1-OB2), com uma flexibilização da teoria de Russell. O nome, para ele, seria como um cabide, onde penduramos descrições.

objeto, pois o falante *S* pode utilizar o nome “Xuxa” considerando a D.D. “A rainha dos baixinhos”, enquanto o falante *S’* pode utilizar o mesmo nome analisando a D.D. “A filha de Alda Meneghel que nasceu em Santa Rosa”; em uma conversa, *S’* pode declarar que “Xuxa nunca pisou na Parcão²⁴” e *S* pode discordar dessa frase, pois estão analisando o nome a partir de D.D.s diferentes e presume-se que possuem conhecimentos diferentes acerca desta pessoa. Logo, as D.D.s apresentadas não parecem fornecer critérios suficientes para designar rigidamente o indivíduo. Desse modo, Kripke tratou essa situação com os exemplos de Aristóteles e Moisés, quando questiona a análise russelliana de interpretar nomes como abreviações de D.D.s.

Um ponto crítico discutido na seção 3.3 é a rejeição da ideia de que o significado de um nome é expresso por uma descrição definida (OB3). Segundo os descritivistas, o nome “Xuxa” abrevia uma descrição que sugere “Existe um único *x* tal que *x* é rainha dos baixinhos”. Isso levanta a questão ilustrada pela seguinte sentença:

(11) Algumas pessoas não sabem que Maria da Graça Meneghel é Xuxa.

Se seguirmos o método russelliano conforme a seção 2.3, a sentença poderia ser parafraseada substituindo o N.P.O. pela D.D.. Além da questão mencionada há pouco (OB2), também temos a dificuldade de eleger qual a D.D. que os falantes estariam dispostos a utilizar para se referir tanto a Xuxa como Maria da Graça Meneghel. Mas vamos imaginar que a descrição escolhida seja: “A mãe de Sasha Meneghel”. Retomando a sentença (11), podemos agora formular como:

(11*) Algumas pessoas não sabem que uma e uma só pessoa foi mãe de Sasha Meneghel e uma só pessoa foi mãe de Sasha Meneghel e seja quem for que tenha sido mãe de Sasha Meneghel foi mãe de Sasha Meneghel.

Essa sentença redundante, como comentou Lycan (2022), poderia ser sintetizada como:

(11**) Algumas pessoas não sabem que uma e uma só pessoa foi mãe de Sasha Meneghel.

²⁴ Essa é uma referência a uma praça que tem esse nome e que fica em Santa Rosa - RS, terra natal da Xuxa.

No entanto, argumenta-se que nem (11**), muito menos (11*) significam aquilo que é dito em (11).

Kripke também acrescentou argumentos modais (OB4), como já exposto com o caso de Nixon, Richard Nixon poderia ter perdido as eleições de 1968? Lycan destaca o seguinte argumento de Kripke: “(...) ‘poderia’ exprime aqui uma mera possibilidade teórica, lógica ou metafísica e não algo sobre o estado do nosso conhecimento” (Lycan, 2022, p. 79). De acordo com o autor, as teorias descritivistas não prevêm que o nome seja utilizado de modo a designar um indivíduo caso este tenha feito outras coisas, já que o método de apontar o referente é analisando as propriedades que normalmente associamos ao nome.

Com isso, temos indícios que a tese dos nomes não está correta. Uma das críticas de Kripke é que o descritivismo “dilui” as suas concepções sobre o nome próprio para atender tanto a questão do seu significado, como de sua referência, e isso enfraquece a teoria no que diz respeito a determinação da referência. Kripke foi inspirado pelas ideias de Ruth Barcan Marcus e rejeita a tese de que os nomes carregam significado, então: “Note-se que, se a tese dos nomes estivesse correta, a única função dos nomes próprios seria poupar fôlego ou tinta; seriam apenas abreviaturas” (Lycan, 2022, p. 78).

Não obstante, a concepção de referência direta de Kripke deixa algumas lacunas, como por exemplo, os problemas que motivaram Frege e Russell a desenvolver suas teorias. Considerando a proposta de nomes como designadores rígidos, Lycan (2022) sugere que nada é mais justo que submeter as concepções de Kripke aos mesmos *puzzles*. Então, nos deteremos em avaliar o primeiro *puzzle* (P1) e o problema da substituibilidade em contextos psicológicos, que são nosso maior interesse. Começando por esse último, considere-se a seguinte sentença:

(12) Luiz acredita que Xuxa é ruiva.

Ao substituirmos o nome “Xuxa” por “Maria da Graça Meneghel”, temos a sentença:

(12*) Luiz acredita que Maria da Graça Meneghel é ruiva.

Se Luiz não sabe que Xuxa é a Maria da Graça Meneghel, ou se ele sequer souber quem é Maria, e perguntarmos qual sua opinião em (12*), segundo Lycan, ele não nos daria a mesma resposta de (12), e o problema surge nesta substituição, pois a sentença (12) é verdadeira, mas (12*) é intuitivamente falsa, Luiz não estaria inclinado a concordar com ela

sem informações adicionais. Como a teoria que defende que os nomes são designadores rígidos pode permitir que uma sentença sobre o mesmo indivíduo ora seja verdadeira, ora seja falsa (Lycan, 2022, p. 96-97)?

A tese dos designadores rígidos se mostra muito promissora durante suas críticas, mas ao revisitar o *puzzle* de Frege sobre a identidade (P1), que indaga sobre os casos onde *A* é igual a *B* e se é possível substituir um nome pelo outro sem que o valor de verdade da proposição seja alterado, nos deparamos com o seguinte cenário:

(13) Luiz desejava saber se Xuxa é Maria da Graça Meneghel.

(13*) Luiz desejava saber se Xuxa é Xuxa

Como destacado por Lycan, uma sentença como (13) “só pode significar que o referente comum, independentemente da maneira como for designado, é ele mesmo” (Lycan, 2022, p. 99), isto é, a afirmação da identidade torna-se trivial em (13*), e não parece que (13) seja uma frase trivial. Discutimos na seção 2.3 sobre como Russell se empenhou em fornecer uma resposta que chegue mais perto de representar aquilo que está sendo dito em (13), sem que isso incorra que Luiz esteja duvidando da auto-identidade de Xuxa. Russell deu uma resposta, Kripke não. Além dessas questões em aberto, a abordagem histórico-causal ainda precisa lidar com outros problemas, como apresentado brevemente a seguir:

(OK1) Se a referência do nome é estabelecida por meio de uma cerimônia de batismo, como podemos batizar algo que não existe? Como Drácula, o almoço grátis, etc..

(OK2) Se o nome é um designador rígido quando designa o mesmo indivíduo em diferentes mundos possíveis, como explicar os casos em que ocorre a mudança de referência de determinados nomes? Por exemplo: “Madagascar”, onde a comunidade local batizou certa região do continente africano com esse nome, mas um explorador europeu, que não compreendeu corretamente a prática de uso do nome, passou a transmiti-lo referindo a outro local (apenas a ilha) e, assim, ele rebatizou o local, de modo que o nome Madagascar passou a designar não exatamente o mesmo referente.

(OK3) Se a referência de um nome é transmitida na prática de uso (corrente causal da referência), existe a possibilidade de um falante (um elo da corrente) introduzir ou transmitir

um nome equivocadamente, por exemplo: trocar o nome de “Cardinal Copia” pelo nome de “Emperor Magus Caligula”²⁵. Como isso poderia ser explicado por essa concepção?

Kripke não propõe efetivamente respostas diretas a estas objeções, mas Lycan delinea respostas possíveis. Considerando as teses e exemplos apresentados pelo autor, ele também sinaliza que a comoção proveniente das palestras de Kripke inspirou outros autores a tentar preencher essas lacunas para a concepção causal da referência. Desse modo, destacamos alguns aspectos que poderiam ser utilizados para responder as objeções OK1, OK2 e OK3.

Alguns autores, como Devitt (1981)²⁶ e Donnellan (1974)²⁷, sugeriram que o melhor caminho para lidar com OK1 seria admitir que até mesmo nomes vazios são introduzidos na linguagem pela comunidade (intenção de transmissão). Então, no caso de “Drácula”, o primeiro elo da corrente não seria necessariamente o batismo de um certo vampiro, em vez disso “o primeiro elo da cadeia é o próprio acontecimento de atribuição do nome e não quaisquer hipotéticas façanhas do portador inexistente” (Lycan, 2022, p. 111).

Sobre o ponto levantado em (OK2), podemos considerar, conforme apontado por Lycan (2022), que na prática linguística, ao utilizar um nome podem surgir confusões ou batismos mal executados. Isso inclui situações em que um nome, que originalmente designava algo específico, é posteriormente utilizado para designar um novo referente, de maneira semelhante à prática estabelecida. De acordo com Zvolenszky (2010), esse ponto na verdade ressalta uma característica social de uso de nomes próprios para comunicar algo comum. Isso indica que normalmente o falante quer usar o nome do mesmo modo como ele recebeu (pela transmissão causal), mas que podem ocorrer conflitos entre as intenções de uso de um nome.

Seguindo uma linha semelhante em (OK3), podemos imaginar o caso onde o falante se confunde e transmite o nome “Emperor Magus Caligula” numa sentença como “Emperor Magus Caligula foi processado por não repassar o dinheiro dos discos para os demais membros da banda”, quando, na verdade, o falante queria se referir ao Cardinal Copia, que de fato foi processado por esse motivo.

Isso engendra um problema de incerteza na referência, porque quem não tem conhecimento da história (cadeia causal desse nome), vai achar que um outro indivíduo foi processado e poderá repassar o nome de Emperor de modo incorreto, e essa questão só será

²⁵Esse exemplo traz um dos nomes de palco de Tobias Forge (Cardinal Copia) na banda sueca Ghost, diante do nome de palco de Magnus Broberg, também vocalista de uma banda sueca, esta chamada Dark Funeral. Possivelmente a confusão desses dois nomes causaria uma discussão, porque uma das bandas faz uma sátira pop do tema enquanto a outra se propõe seriamente ao tema indo ao outro extremo.

²⁶ Devitt, M. “*Designation*”, Nova Iorque, Columbia University Press, 1981.

²⁷ DONNELLAN, K. “*Speaking of Nothing*”, *Philosophical Review*, vol. 83, 1974, pp. 3-31.

esclarecida após o mal entendido ser identificado, revisando a cadeia causal da transmissão desse nome.

Com isso, podemos constatar que, apesar da relevância das críticas levantadas por Kripke, a sua teoria alternativa da referência direta não responde ao problema que o Russell (e os descritivistas em modo geral) queriam resolver. Para Lycan:

Kripke teve uma reação excessiva à imagem descritivista. Tinha razão em insistir que, para referir, é necessário algum tipo de cadeia histórico-causal e que as descrições não fazem nem de perto o trabalho que Russell, ou mesmo Searle, pensava que faziam; mas (como os críticos sustentam, incluindo o próprio Kripke), mesmo assim, também há condições descritivas.

(Lycan, 2022, p. 114)

Alguns autores, como mencionamos, buscam revisar e complementar argumentos para a teoria da referência histórico-causal no intuito de torná-la mais abrangente; um exemplo dessa tentativa é o artigo “*Naming and Uncertainty: The Historical-Chain Theory Revised*” (2010) de Zsófia Zvolenszky, que apresenta diferentes perspectivas e critica algumas limitações na explicação de usos de nomes na linguagem natural, que se preocupam majoritariamente com as intenções referenciais, deixando de lado os demais usos.

A interpretação de Zvolenszky destaca a importância das intenções dos falantes na determinação do referente de nomes próprios, essas intenções abrangem diversos aspectos, incluindo intenções introdutórias, de transmissão, referenciais e atributivas²⁸, cada uma desempenhando um papel essencial na compreensão do uso de nomes próprios. Ela adverte que essas intenções podem, muitas vezes, entrar em conflito e variar em complexidade, admitindo casos como (OK2) e (OK3).

Zvolensky então faz uma generalização da teoria causal, considerando as intenções dos falantes e eliminando a necessidade de qualquer conexão (física) causal com o objeto nomeado em qualquer estágio do discurso. Essa abordagem permite que intenções referenciais sejam aplicadas na introdução de nomes, mesmo em situações que envolvem nomes vazios e, ao mesmo tempo, assegura a rigidez de um nome próprio para que o referente de um nome próprio permaneça constante em cenários contrafactuais.

Isto posto, observamos que, apesar da importância das críticas apresentadas por Kripke, sua teoria alternativa de referência direta não responde efetivamente o problema que Russell (e os descritivistas em geral) tentavam resolver. Lycan argumenta, como acima citado,

²⁸ Apenas para mencionar as ideias da autora, a intenção introdutória diz respeito a iniciar uma nova prática de uso do nome, a intenção de transmissão diz respeito a juntar-se a uma prática de uso do nome já estabelecida, a intenção referencial diz respeito a um objeto específico que o falante acredita que existe e a intenção atributiva especifica uma descrição que o falante acredita se ajustar ao referente (Zvolensky, 2010, p. 136)

que Kripke reagiu de maneira exagerada à perspectiva descritivista. Embora tenham indícios que a teoria da cadeia histórico-causal possa explicar melhor alguns aspectos do uso de nomes enquanto designadores rígidos para referir, a rejeição total das descrições e seus mecanismos nos deixa apenas com problemas em aberto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em torno das teorias da referência, especialmente as abordagens de Russell e Kripke, oferecem uma visão profunda sobre a natureza da linguagem e do significado dos nomes próprios. Este trabalho propôs analisar a abordagem descritivista em comparação com a teoria da referência histórico-causal, a fim de avaliar qual delas oferece uma explicação mais completa para a questão da identidade de um nome próprio.

A concepção russelliana dos N.P., que busca explicar a referência por meio de descrições definidas, destacou questões importantes na filosofia da linguagem. Como vimos, há várias objeções e críticas a esta concepção – algumas são mais fortes que outras – mas é inegável que sustentar que o significado de um nome próprio se dá por meio de uma descrição definida implica em várias questões que podem ser problemáticas.

Em *Da Denotação*, Russell buscou resolver os *puzzles* por meio das D.D.s, onde a referência é denotada através de uma análise que envolve funções proposicionais com quantificadores envolvendo existência e unicidade. As teorias descritivistas, portanto, propõem que a referência do nome é determinada quando o nome ou descrição utilizada em uma sentença denota um indivíduo específico. Essa metodologia permitiu que Russell lidasse com questões como (P1) sentenças que afirmam identidade, assim como sentenças em contexto psicológico; além disso, o autor sugere como atribuir valor de verdade em sentenças cujo nome não possui referência (P2) e em sentenças que negam a existência do objeto, sem entrar em contradição (P3) e sem violar o princípio da bivalência.

A teoria de Russell, seguindo o empreendimento de Frege, também contribui com a noção de que o significado das palavras que utilizamos não é psicológico, e sim sobre algo objetivo, apostando que, por meio de uma análise lógica, poderíamos compreender essas relações. Russell também apresenta dois tipos de conhecimento, onde o conhecimento por descrição tem grande importância para a epistemologia. Poderíamos indicar como argumento favorável a essa distinção russelliana o uso espontâneo das D.D.s quando estamos tentando falar algo sobre alguém que a pessoa desconhece: “a principal importância do conhecimento por descrição é que ele nos permite ir além dos limites de nossa experiência privada” (Russell, 2005, p. 58).

Nesse sentido, o autor sustentou em *Problemas da Filosofia* (1912) algo semelhante ao seguinte exemplo: em uma conversa casual, se digo: “Você ouviu o álbum de rock do Hudson?”, e você não sabe de quem estou falando nem teve contato com o referido, seguirá a pergunta “Quem é Hudson?”, então prontamente utilizamos uma D.D. para explicar algum

aspecto, por mais superficial que seja, para que a partir daí, possamos comunicar coisas com um mesmo objeto denotado, como “O irmão de Edson, da dupla sertaneja Edson e Hudson”, trazendo a você o importante conhecimento a respeito do objeto em questão.

Por outro lado, Kripke traz questões e provocações pertinentes sobre a determinação da referência, questionando aspectos mais fundamentais do descritivismo com suas seis teses. Kripke (2012) sugere tratar nomes próprios como designador rígido, que designam o objeto independentemente das circunstâncias em que ele exista. Para isso, fundamenta-se o conceito de mundos possíveis para testar as propriedades necessárias ao nome. Essa ferramenta permite avaliar quais as condições qualitativas são necessárias para identificar esse indivíduo independentemente da situação na qual o descrevemos; se não pudermos pensar nesse indivíduo sem uma qualidade, então essa qualidade é essencial para a identificação desse indivíduo.

Essa noção de Kripke considera que há qualidades necessárias e contingentes a cerca de um certo indivíduo. Zvolensky (2010) destaca que essas noções envolvem, em alguma medida, um elemento intuitivo (qual seja: pensar se algo poderia ser diferente), o que é considerado uma vantagem dessa abordagem, pois nos fornece um critério para identidade do indivíduo, considerando que as propriedades que normalmente lhe atribuímos podem ser contingentes/acidentais. É como se pudéssemos apontar para o indivíduo através do nome e perguntar o que poderia ter sido diferente.

O segundo elemento que destacamos dessa concepção é a explicação de que a referência do nome se constitui por uma cadeia histórico-causal, ou seja, é determinada pela prática de usos anteriores desse nome, envolvendo vários indivíduos numa corrente causal. Com o intermédio dessa perspectiva, é interessante pensar que mesmo quando temos uma situação como (OK3), em que o nome não foi utilizado e posteriormente transmitido corretamente, podendo até gerar um mal entendido devido ao nome referir-se a uma pessoa diferente daquela almejada, a falta de resposta de Kripke a esta questão abre espaço para vislumbrarmos que talvez a resposta para essa objeção não seja exatamente aquela que gostaríamos, mas seja algo mais simples: a constatação de que na prática de uso da linguagem, erros, enganos e desentendimentos acontecem.

Tanto as críticas apresentadas como essas inovações trazidas por Kripke são muito interessantes, e nos dão a impressão de que essa teoria é muito mais efetiva para determinar a referência de um nome. No entanto, Kripke não nos forneceu uma boa explicação para as questões que estavam no horizonte do descritivismo, como o problema da igualdade, dos nomes sem referentes, o princípio da bivalência e a não contradição, conforme apontado no

último capítulo: “ou os nomes são millianos, ou abreviam descrições completamente, ou de um modo menos rígido, como defende Searle, têm algum ‘sentido’ ou conteúdo substancial. Mas nenhuma destas perspectivas é aceitável”. (Lycan, p. 100)

Para alcançar a plena generalidade tão desejada na filosofia da linguagem, é fundamental, como proposto por Zvolensky (2010), reconsiderar nossas concepções sobre o que é efetivamente transmitido em uma prática de uso de nomes próprios. Não se trata apenas da habilidade de se referir, mas sim da habilidade de empregar um nome com a mesma intenção referencial dos usuários anteriores (Zvolensky, 2010).

Essa perspectiva de análise, que considera as intenções por trás do uso de nomes próprios, revela-se promissora para pesquisas futuras, onde pode-se esclarecer casos particulares em que a identificação do contexto e da intenção subjacente ao uso do nome pode dissipar a incerteza em relação ao objeto nomeado. Portanto, a autora destaca a importância não apenas da referência, mas também da compreensão do contexto e das intenções compartilhadas como elementos fundamentais na interpretação e uso efetivo de nomes próprios.

REFERÊNCIAS

- DEVITT, M. **Designation**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1981. Disponível em: <https://archive.org/details/designation0000devi/page/n5/mode/2up>. Acesso em: 01 set. 2023.
- DONNELLAN, K. S. **Reference and Definite Descriptions**. 75. ed. New York: Duke University Press On Behalf Of Philosophical Review, 1966. (No. 2). Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2183143?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- DONNELLAN, K. S. Speaking of Nothing. **The Philosophical Review**, Durham, Nc, v. 83, n. 1, p. 3-31, jan. 1974. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2183871>. Acesso em: 10 out. 2023.
- CORRÊA, Cleber de Souza. As origens da teoria da denotação de Bertrand Russell. In: **SEMANA ACADÊMICA DO PPG EM FILOSOFIA DA PUCRS**, 3, 2009, Porto Alegre. III Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS. Porto Alegre: PUCRS, 2009. p. 1-10.
- FREGE, F. L. G. **Lógica e filosofia da linguagem**. ed. revista e ampliada. Seleção e tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: EDUSP, 2009.
- HAACK, S. **Filosofia das Lógicas**. São Paulo: Editora Unesp, 2002. Tradução de Cezar Augusto Mortari e Luiz Henrique de Araújo Dutra.
- KRIPKE, S. A. **O Nomear e a Necessidade**. 22. ed. Lisboa, Portugal: Editora Gradiva, 2012. Tradução de Ricardo Santos.
- LYCAN, W. G. **Filosofia da Linguagem: uma introdução contemporânea**. 3. ed. Lisboa - Portugal: Edições 70, 2022. Tradução de: Desidério Murcho.
- MILL. S. **Sistema de Lógica**. Textos Escolhidos. Abril Cultural, 1979.
- MORRIS, M. **An introduction to Philosophy of Language**. New York: Cambridge University Press, 2007. Chapters II, III.
- MORRIS, M. **Uma Introdução à Filosofia da Linguagem**. Tradução de Newton Marques Peron (em elaboração)
- RUSSELL, B. A. W. **The Principles of Mathematics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1903. Disponível em: <https://archive.org/details/principlesofmath01russ/page/42/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 19 out. 2023.
- RUSSELL, B. A. W. **Os Problemas da Filosofia**. 3. ed. London: Home University Library, 2005. Tradução de: Jaimir Conte.
- RUSSELL, B. A. W. **On Denoting**. 56. ed. Oxford: Oxford University Press, 1905. 14 v. (In: Mind Association). Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2248381>. Acesso em: 12 abr. 2022.

RUSSELL, B. A. W.; MOORE, G. E. **Lógica e Conhecimento**: ensaios escolhidos - A Filosofia do Atomismo Lógico. 42. ed. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1974a. Tradução de Pablo Rubén Mariconda; p. 59-141.

RUSSELL, B. A. W.; MOORE, G. E. **Lógica e Conhecimento**: ensaios escolhidos - Da Denotação. 42. ed. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1974b. Tradução de Pablo Rubén Mariconda; p. 9-20.

SEARLE, J. R.. **Nomes Próprios**. Erechim: Gavagai, 2014. Tradução de Jerzy André Brzozowski.

STRAWSON, Sir Peter Frederick. **Ensaio**: Escritos lógico-linguísticos. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1975. Tradução de Balthazar Barbosa Filho.

ZVOLENSZKY, Zsófia. Naming and Uncertainty: the historical-chain theory revised. **Proceedings Of The XXVth Varna International Philosophical School**, Varna, v. /, n. /, p. 132-141, jan. 2010.